



ACADEMIA MILITAR

Direcção de Ensino

Curso de Infantaria

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

As posições defensivas aliadas na Flandres na 1ª Guerra Mundial – As Operações de Infantaria, de Artilharia e as Unidades de Metralhadoras

AUTOR: Aspirante de Infantaria Tiago Miguel Ventura Ferreira

ORIENTADOR: Tenente-Coronel de Artilharia Borges da Fonseca

LISBOA, 18 AGOSTO DE 2009



ACADEMIA MILITAR

Direcção de Ensino

Curso de Infantaria

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

As posições defensivas aliadas na Flandres na 1ª Guerra Mundial – As Operações de Infantaria, de Artilharia e as Unidades de Metralhadoras

AUTOR: Aspirante de Infantaria Tiago Miguel Ventura Ferreira

ORIENTADOR: Tenente-Coronel de Artilharia Borges da Fonseca

LISBOA, 18 AGOSTO DE 2009

DEDICATÓRIA

À minha mulher e filhos,
pelo tempo que não lhes dediquei,
aos meus pais e irmã,
pelo sonho que concretizei.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças ao contributo de várias entidades e pessoas, a quem eu, desde já, quero expressar publicamente o meu reconhecimento e gratidão.

Ao Arquivo Histórico Militar pelas excelentes condições de trabalho que me proporcionou.

À Biblioteca do Exército pela disponibilidade prestada mesmo estando fechada para remodelações.

À Biblioteca da Academia Militar pelo apoio prestado.

Ao meu Orientador, Tenente-Coronel Borges da Fonseca, pela pertinência da crítica, frontalidade e lealdade que sempre demonstrou.

Ao Mestre João Moreira Tavares, Técnico Superior do Arquivo Histórico Militar, pela constante preocupação e incondicional apoio.

Agradeço também aos meus Camaradas de Curso, em especial ao Daniel Silva e José Barão Vieira, por todo o apoio prestado durante o curso da academia militar.

A todos aqueles que por esquecimento não estejam aqui mas que auxiliaram na realização deste trabalho.

A todos vós os meus profundos agradecimentos.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTOS.....	ii
ÍNDICE GERAL.....	iii
RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
INTRODUÇÃO.....	1
JUSTIFICAÇÃO DO TEMA	1
ESTADO DA QUESTÃO	1
METODOLOGIA	3
FONTES	4
PLANO	5
CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO HISTÓRICO.....	7
1.1 – A SITUAÇÃO POLÍTICO-ECONÓMICA E SOCIAL NA EUROPA ANTES DA GUERRA.....	7
1.2 – A ESTABILIZAÇÃO DA FRENTE OCIDENTAL	8
1.3 – A SITUAÇÃO DA REPÚBLICA	9
1.4 – AS CAUSAS DA ENTRADA DE PORTUGAL NA GUERRA	10
1.5 – A POLÍTICA PORTUGUESA DE GUERRA.....	12
1.6 – O CORPO EXPEDICIONÁRIO PORTUGUÊS.....	13
CAPÍTULO 2 – A FRENTE PORTUGUESA NA FLANDRES	16
2.1 – O SECTOR PORTUGUÊS.....	16
2.2 – SISTEMA GERAL DE DEFESA	16
2.3 – DISPOSITIVO TÁCTICO DO CEP	18
2.4 – PLANO DE DEFESA.....	18
CAPÍTULO 3 – AS POSIÇÕES DEFENSIVAS.....	20
3.1 – TERRENO	20
3.2 – TRINCHEIRAS E ABRIGOS.....	20
3.3 – O QUOTIDIANO DAS TRINCHEIRAS	21
3.3.1 – SERVIÇO DE TRINCHEIRA.....	21

3.3.2 – PESSOAL DE SERVIÇO.....	21
3.3.3 – PATRULHAS.....	23
3.3.4 – RENDIÇÕES	24
CAPÍTULO 4 – A INFANTARIA.....	25
4.1 – CONTEXTUALIZAÇÃO.....	25
4.2 – A INFANTARIA NO ATAQUE.....	26
4.3 – A INFANTARIA NA DEFESA.....	27
4.4 – RAIDS.....	28
CAPÍTULO 5 – A ARTILHARIA.....	29
5.1 – CONTEXTUALIZAÇÃO.....	29
5.2 – A ARTILHARIA NO ATAQUE.....	29
5.3 – A ARTILHARIA NA DEFESA.....	30
CAPÍTULO 6 – AS METRALHADORAS PESADAS.....	32
6.1 – CONTEXTUALIZAÇÃO.....	32
6.2 – AS METRALHADORAS NO ATAQUE.....	32
6.3 – AS METRALHADORAS NA DEFESA.....	33
CAPÍTULO 7 – A BATALHA DE 09 DE ABRIL DE 1918 – LA LYS	35
7.1 – SITUAÇÃO.....	35
7.2 – A BATALHA	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	45
FONTES	45
DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA.....	45
DOCUMENTAÇÃO CARTOGRÁFICA	46
DOCUMENTAÇÃO ICONOGRÁFICA.....	46
DOCUMENTAÇÃO IMPRESSA	47
BIBLIOGRAFIA.....	48
OBRAS DE REFERÊNCIA	48
ESTUDOS	49

DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS.....	50
ENDEREÇOS DA INTERNET.....	50
ANEXOS	51

RESUMO

A Grande Guerra, tida por muitos como um rito da passagem do velho para o novo mundo industrial, foi um acontecimento que marcou indelevelmente a “jovem” República portuguesa. Perante a eminente beligerância, a sociedade portuguesa encontrava-se dividida entre adeptos duma intervenção na Europa e dos que defendiam unicamente uma participação em África. Foi perante este cenário que, em Janeiro de 1917, dando cumprimento ao apelo da Velha Aliança, Portugal enviou para a Flandres francesa um Corpo Expedicionário. Deste modo, em virtude da deficiente capacidade militar portuguesa, sentiu-se a necessidade de padronizar procedimentos adoptando os moldes britânicos, quer ao nível do equipamento e armamento, quer ao nível doutrinário. As tropas portuguesas chegadas a França e após um breve período de instrução complementar, entraram em sector em Julho de 1917, com uma Divisão, ainda sob Comando britânico, assumindo finalmente, em Novembro de 1917, a responsabilidade de todo o sector português enquanto Corpo de Exército, a duas Divisões. O período que decorreu até Abril de 1918 ficou particularmente marcado por um progressivo depauperamento físico e moral das tropas decorrente das adversidades sentidas no dia-a-dia na frente de combate, ao ponto de conduzir à sua rendição por efectivos ingleses. Substituição que não chegou a ter lugar em virtude da batalha de *La Lys* a 9 de Abril de 1918, que esteve na origem da desagregação do Corpo Expedicionário.

Em síntese, neste trabalho são analisados, à luz da doutrina vigente na época, alguns pormenores relacionados com o emprego tático das Unidades de infantaria, artilharia e de metralhadoras pesadas verificando se os aspectos registados na prática foram de acordo os modelos preconizados ou motivados por alguma dificuldade logística ou operacional.

PALAVRAS-CHAVE: GRANDE GUERRA; INFANTARIA; ARTILHARIA; METRALHADORAS PESADAS; CORPO EXPEDICIONÁRIO PORTUGUÊS.

ABSTRACT

The Great War, considered by many as a rite of passage from the old to the new industrial world, was an event that marked the very "young" Portuguese Republic. Faced with the imminent belligerence, the Portuguese society is divided between supporters of intervention in Europe and argued that an intervention in Africa. It was against this background that in January 1917, implementing the call of the Old Covenant, that Portugal sent to the french Flandre, one Expeditionary Corps. Then, because of poor Portuguese military, felt the need to standardize procedures by adopting the British model, both in terms of equipment and weapons, whether the doctrinal level. The Portuguese Troops arrived in France, and after a brief period of additional instruction, entered the sector in July 1917, with a Division, still under British command, assuming finally, in November 1917, the responsibility of the entire portuguese sector while Army Corps, with two Divisions. The period until April 1918 was particularly marked by a progressive depletion of physical and moral forces arising from the adversities experienced in day to day in front of combat, to the point that lead to their surrender by British troops. Replacement did not take place because of the Battle of La Lys at 9 April 1918, which led to the breakdown of the Expeditionary Corps.

In summary, in this work are analyzed, the doctrine current at the time, some details relating to the tactical employment from the units of infantry, artillery and heavy machine guns, there are aspects in the practice were on the models recommended or encouraged for any difficulty logistics or operational.

KEY WORDS: GREAT WAR; INFANTRY; ARTILLERY; HEAVY MACHINE GUNS; PORTUGUESE EXPEDITIONARY CORPS.

INTRODUÇÃO

JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

A Grande Guerra, pela sua importância extrema como verdadeiro momento de ruptura do século XX, tem conhecido ao longo dos tempos uma multiplicidade de análises que acompanham a evolução das próprias correntes historiográficas. Ao predomínio inicial de estudos políticos e militares centradas nas motivações da participação de Portugal na Grande Guerra têm surgido, recentemente, problemáticas sobre aspectos sociais realçando inúmeras situações entre as quais o quotidiano nas trincheiras. Não obstante, esta temática não é proporcionalmente acompanhada ao nível tático. Para os militares, que no fundo são os únicos que estudam História militar de uma forma sistemática e integrada na sua própria formação académica, o que interessa é o estudo comparativo das batalhas e tentar perceber os erros cometidos para não se repetir no futuro. Nesta medida, o que ressalta é a imagem da batalha de La Lys, em que dela apenas se considera como a segunda maior derrota a seguir à batalha de Alcácer Quibir.

Por tudo isso, pareceu-nos que a organização e a forma de emprego das Unidades de Infantaria, de Artilharia de Campanha e dos Grupos de Metralhadoras do Corpo Expedicionário Português (CEP) durante a Grande Guerra mereciam um pouco mais da nossa atenção e o equacionar de alguns problemas no âmbito da problemática e da metodologia inerentes ao método científico, tendo em vista a realização do Relatório de Estágio decorrente do Tirocínio para Oficial de Infantaria, conducente ao grau de mestre em Ciências Militares.

ESTADO DA QUESTÃO

Face ao tempo disponível para elaborar a dissertação, era humanamente impossível esgotar toda a bibliografia e fontes disponíveis sobre a temática. Nesta medida, relativamente a bibliografia, cingimos o nosso estudo às Histórias Militares e estudos do período em questão e da contemporaneidade.

Sendo assim, como obra de referência da época consideramos o livro *Portugal na Grande Guerra* dirigido pelo General Ferreira Martins. Este, assume grande importância porque relata unicamente a participação portuguesa de um modo preciso, todavia, peca pela constante exaltação patriótica que suscita ao leitor e pela desculpabilização dos fracassos militares em função dos erros políticos, transparecendo sempre uma imagem sublime da participação de Portugal na guerra.

Outra obra de indispensável leitura é *Portugueses na Flandres* do tenente-coronel do Estado-Maior Fernando Freiria. Neste livro o autor teve em vista dar a conhecer os assuntos mais interessantes, sob o ponto de vista técnico, que observou no CEP durante a sua permanência na Flandres, dando grande desenvolvimento à parte que diz respeito à guerra de trincheira.

Emprego Tático das Metralhadoras de Couto Junior foi outro livro que não nos poderíamos alhear de lê-lo uma vez que o autor faz um estudo “apaixonado” sobre o emprego das metralhadoras em qualquer tipo de operação.

Outra peça elementar é *Lições da Grande Guerra* do General Adriano Bessa, uma compilação de uma série de artigos publicados na *Revista Militar*. Este documento, dedicado ao comandante do CEP, passa em revista todos os meios de acção empregados no decorrer na guerra, estudando as características e o emprego das diversas Armas.

Como obra de referência actual, consideramos *Portugal - Grande Guerra (1914-1918)*, dirigido por Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, onde se descreve a Grande Guerra de uma forma global e pragmática, abarcando transversalmente todo um misto de relatos de diversos historiadores, cada um especialista numa temática.

Outra peça basilar é a *Nova História Militar de Portugal - Volume 4*, dirigida por Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, fundamental para se compreender toda a questão política e social vivida e compreender os motivos da participação portuguesa na guerra.

Outro livro de excepcional valor é *Das Trincheiras com Saudade*, de Isabel Pestana Marques, baseado na sua Tese de Mestrado, *Os Portugueses nas Trincheiras – Um quotidiano de Guerra*, onde faz um retrato minucioso do quotidiano dos militares do CEP durante a sua permanência em sector na Flandres, realçando, sobretudo, os aspectos que conduziram os homens ao seu esgotamento físico e moral.

Com alguma importância consideramos também a *História do Exército Português (1910 - 1945)*, do EME, que retrata a participação de Portugal na 1ª Guerra Mundial de uma forma idêntica à História do General Ferreira Martins sem, contudo, se desculpar dos fracassos e imputar qualquer carácter patriótico, características existentes na obra de 1945.

De igual interesse é a *História de Portugal, Volume II – Das Revoluções Liberais Aos Nossos Dias*, de Oliveira Marques, pois retrata de uma forma clara, toda a problemática inerente à República sobre a dicotomia existente nos partidos políticos. É um livro importante porque responde a muitas interrogações levantadas pela leitura de Nuno Severiano Teixeira na *Nova História Militar de Portugal - Volume 4*.

A mesma questão, relativamente ao esclarecimento de algumas temáticas expressas por Nuno Severiano Teixeira prende-se com o livro *Conspiração contra Portugal (1910-1912) – As relações políticas entre Portugal e Espanha*, de Hipólito de la Torre Gómez.

Finalmente, consideramos o *Estudo de Pesquisa sobre a Intervenção Portuguesa na 1ª Guerra Mundial (1914-1918) na Flandres*, dirigido por Dorbalino dos Santos Martins, um volume muito interessante pelo facto de nos encaminhar, para um primeiro contacto com as fontes arquivísticas.

METODOLOGIA

Assim, parece-nos que existe ainda um vasto campo de análise por desvendar em torno da temática da Grande Guerra ao nível tático e é nesse campo que nos interessa equacionar uma série de questões que se afiguram pertinentes.

Deste modo, pretendemos essencialmente contribuir para um melhor conhecimento daquilo que sucedeu na Flandres no âmbito das operações de infantaria, de artilharia e das metralhadoras pesadas, tentando perceber o grau de adequação das Unidades face às novas necessidades do campo de batalha.

Como ponto de partida vamos tentar perceber em que medida as posições defensivas contribuíram para o desenrolar das operações de infantaria e artilharia e Unidades de metralhadoras do CEP?

Da questão ora levantada decorrem as seguintes questões derivadas:

-Será que a Infantaria, a Artilharia e as Metralhadoras Pesadas estavam doutrinariamente preparadas para este novo tipo de guerra? Quais as suas táticas e técnicas usadas? Qual o seu armamento?

-Será que as posições defensivas foram os únicos elementos que influenciaram as operações de Infantaria e Artilharia e de Metralhadoras?

Para responder a estas questões levantamos as seguintes hipóteses orientadoras:

- O sector seria demasiadamente extenso para o efectivo português;
- O posicionamento das forças em sector não seria o mais correcto;
- As posições defensivas poderiam ter sido construídas de outra forma;
- Existiria uma má preparação e conservação das posições portuguesas;
- As posições defensivas não seriam as mais adequadas à protecção da força;

-A vivência nas trincheiras influenciaria o desenrolar das operações.¹

FONTES

No que diz respeito às fontes arquivísticas centrámos a nossa atenção no Arquivo Histórico Militar (AHM) para tudo o diz respeito à doutrina, organização e sobretudo à consulta de relatórios elaborados. Trabalhamos fundamentalmente no acervo documental existente na 1ª Divisão, 35ª Secção respeitante ao Corpo Expedicionário Português. O material aqui encontrado, embora muito distante do que se pretendia realmente encontrar, revelou-se, mesmo assim, bastante útil para algumas temáticas, nomeadamente no que diz respeito à Infantaria e às metralhadoras pesadas. Foi bastante útil na medida em que nos permitiu verificar a doutrina empregue na guerra das trincheiras, uma vez que não encontramos qualquer manual das armas apropriado para a época em questão.

Uma das grandes lacunas que nos vimos impotentes em ultrapassar diz respeito à relação existente e tipo de construção dos abrigos na linha A e B. Com efeito, esta seria sempre uma das fontes privilegiadas para o estudo da temática proposta, nomeadamente perceber o grau de resistência dos mesmos. No entanto, das caixas consultadas (300, 309, 311, 542, 547, 565) relativamente aos sapadores mineiros de engenharia, de pertinente, apenas se encontram, infindáveis, relatórios dos trabalhos realizados, algumas plantas de abrigos, estudos sobre o grau de resistência dos abrigos a granadas diversas e pedidos urgentes de trabalhos a realizar. Quanto à organização do terreno apenas se encontra na caixa 1370/1, algumas observações interessantes relativas à construção de trincheiras e notas e regras sobre o fogo de barragem de metralhadoras pesadas. Já com maior utilidade, mas em menor número, deparamos na caixa 144, com pedidos urgentes de trabalhos de reparação e construção de trincheiras e de abrigos.

Na procura de relatórios de possíveis acidentes provocados pela vivência nas trincheiras, pesquisamos as caixas (1412/3, 1364/1, 1518/2, 1416). Deparamo-nos com uma quantidade significativa de informação alusiva a baixas por doença, nomeadamente tuberculose, encontramos também alguns casos de repatriados por questões mentais e por incapacidades permanente, pelo que a utilização deste material não foi muito profícua na sua maioria.

Na pesquisa de relatórios do Quartel-General (Q.G) da segunda Divisão acerca da situação das forças encontramos na caixa 579/6 um pedido urgente em 8 de Abril de 1918, véspera da batalha de La Lys, dirigido aos comandantes da quarta, quinta e sexta Brigadas a determinar que

¹ A metodologia utilizada baseou-se nos métodos preconizados por QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van, *Manual de Investigação em ciências Sociais*, 1992.

fosse enviado até dia 11 de Abril de 1918, ao comandante da segunda Divisão, um projecto de raid de companhia. Este relatório desperta-nos muita curiosidade, para tentarmos perceber o porquê deste pedido numa fase em que a Divisão vivia uma série de problemas e que estava prestes a ser rendida. Nesta medida, apelamos à curiosidade de futuros investigadores no intuito de tentarem resolver este mistério.

Fundamental para a elaboração deste trabalho foi a utilização de fontes impressas. Em primeiro lugar destacamos a obra do General Gomes da Costa, grandiosa sob o aspecto historiográfico, pelo relato pormenorizado da passagem do CEP pela Flandres, introduzindo relatórios inéditos que apenas se encontram ali manifestos, e da acção da sua Divisão no 9 de Abril. Em segundo, de indispensável leitura, consideramos o *Livro da Guerra de Portugal na Flandres* de David Magno em que o autor explica pormenorizadamente a acção da Infantaria 13, deitando por terra qualquer tipo de suspeita acerca do seu real desempenho na batalha do Lys. Merecem ainda particular destaque outras memórias de militares directamente participantes no conflito, de indispensável leitura que de muito nos serviram para conhecermos melhor a sua vivência na Flandres. Naturalmente que este tipo de documentação não pode deixar de ser considerado, na medida em que nos apresenta o olhar de quem no real experimentou aquilo que procuramos, contudo, sempre com a permanente preocupação de verificar até que ponto tais obras estavam condicionadas por ideologias políticas ou ressentimentos de algum outro teor.

Ainda no domínio das fontes impressas foi relevante, a utilização de algumas publicações periódicas, principalmente a *Revista Militar* que nos permitiu verificar as visões da época relativas à temática castrense. Relativamente às Ordens do Exército, apenas nos socorremos delas numa primeira fase, aquando do estudo da organização do CEP.

Cumpre-nos, então, fazer uma advertência, chamando a atenção, para o facto de se ter optado pela transcrição fidedigna de alguns extractos por serem eles, efectivamente, os fiéis transmissores da palavra, contudo, não obstante, coibimo-nos do emprego da partícula “[sic]”, na sequência de erros ortográficos, já que em grande parte dos casos seria uma necessidade constante.

PLANO

Estruturamos o trabalho em oito grandes grupos naturalmente interdependentes, mas onde a leitura autónoma não é completamente inviável. Assim:

-Enquadramento histórico

- A frente portuguesa na Flandres
- As posições defensivas
- A Infantaria
- A Artilharia
- As Metralhadoras pesadas
- A batalha de 9 de Abril de 1918 - *La Lys*
- Considerações finais

No primeiro capítulo começamos por caracterizar a situação política, económica e social na Europa. Esta descrição inicia-se com o desfecho da guerra Franco-Prussiana e termina com o final da guerra de movimento já em plena guerra. No caso de Portugal, caracterizamos a situação interna vivida após a implantação da República em 1910 e as causas que motivaram a entrada de Portugal na Grande Guerra. Expusemos a política de guerra portuguesa e todo o processo de criação do Corpo Expedicionário e sua mobilização para França.

No capítulo segundo fazemos uma descrição da frente portuguesa na Flandres começando por delimitar o sector português. Seguidamente explicamos o sistema geral de defesa e todo o dispositivo táctico do CEP, descrevendo de uma maneira geral como se distribuíam as forças em consonância com o Plano de Defesa.

No capítulo seguinte entramos concretamente na descrição das posições defensivas estudando os aspectos militares do terreno, todo o processo de construção de trincheiras e abrigos e os aspectos da vivência do quotidiano dos soldados nas primeiras linhas.

Nos três capítulos seguintes abordamos concretamente a doutrina e a táctica de emprego das forças de manobra e apoio de fogos. Caracterizamos a doutrina vigente na época e os aspectos registados na prática, face às dificuldades operacionais e logísticas. Explicamos como se integravam os diversos sistemas funcionais da manobra, apoio de combate e apoio de fogos.

Como anunciamos na apresentação geral dos objectivos parece-nos importante verificar os acontecimentos decorrentes da batalha de La Lys procurando realçar os aspectos que condicionaram o desempenho da segunda Divisão. No essencial é sobre isto que falaremos no capítulo sete.

Por fim, teceremos algumas considerações, de forma a responder eficazmente ao problema colocado ao longo do trabalho de investigação.²

² A estruturação e redacção do trabalho centrou-se no modelo recomendado por ECO, Umberto, *Como Se Faz Uma Tese em Ciências Humanas*, 2008.

CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

1.1 – A SITUAÇÃO POLÍTICO-ECONÓMICA E SOCIAL NA EUROPA ANTES DA GUERRA

O final da guerra Franco-Prussiana (1870-1871), marco da unificação do Império Alemão³, contribuiu para o estabelecimento de um equilíbrio de forças ao nível das grandes potências do Velho Continente, estabilidade essa que conduziu a uma competição político-económica entre as Nações.

No seguimento da sua política de alianças e entendimentos com diferentes países, Bismarck⁴, estabeleceu, em 1882, o pacto de defesa comum com o Império Austro-húngaro e com a Itália que ficou conhecido como a *Tríplice Aliança*. Entretanto, com a subida ao poder de Guilherme II⁵, em 1890, a política alemã centrou-se no investimento maciço em armamento e no programa de construção de uma marinha de alto mar, a rivalizar com a marinha britânica, transformando-se assim, no novo impetuoso poder na Europa. Porém, a sua diplomacia agressiva, antagónica à do anterior Chanceler, permitiu que França e Rússia celebrassem um tratado de auxílio militar, contemplando as hipóteses de agressão da Alemanha ou da Itália à França e da Alemanha e da Áustria à Rússia. Com esta aliança, a Alemanha já não podia ambicionar a conduzir uma guerra numa só frente, como tão terminantemente ambicionou Bismarck.

Atento a estas movimentações, o governo inglês, temendo a ameaça dos Impérios Centrais, decidiu mudar a sua atitude de “*esplêndido isolamento*”⁶ e, procurando obter o equilíbrio que lhe faltava a nível continental, aproximou-se numa primeira fase da França, formando a *Entente Cordiale*, e mais tarde da Rússia, nascendo assim um novo pólo de equilíbrio europeu que ficou conhecido por *Tríplice Entente*.⁷

Por outro lado, na península balcânica, região onde convergiam os Impérios Otomano, Russo e Austro-Húngaro, a situação era também particularmente sensível, dominada por tensões políticas entre Estados, conflitos internos agravados, sobretudo, pela emergência do nacionalismo. Esta situação veio a agravar-se, após as guerras balcânicas (1912-1913), com o

3 A derrota francesa impôs-lhe a perda das províncias da Alsácia e da Lorena e o pagamento de pesadas indemnizações à Alemanha.

4 Otto Von Bismarck (1815-1898), quando foi primeiro-ministro do reino da Prússia (1862-1890), unificou a Alemanha tornando-se o primeiro chanceler do Império Alemão (1871-1890).

5 Kaiser Guilherme II (1859-1941) liderou a guerra em duas frentes distintas, a ocidental e a oriental. A 9 de Novembro de 1918 no intuito de salvar a Monarquia alemã, abdicou do cargo e exilou-se na Holanda onde viria a falecer.

6 MARTINS, Ferreira, *O Poder Militar Da Gran-Bretanha E A aliança Anglo-Lusa*, p. 48.

7 cf. MARTELO, David, “Tensões na Europa”, in *Portugal Grande Guerra (1914-1918)*, pp. 18-22.

reaparecimento do projecto da Grande Sérvia, apoiado pela Rússia, que ia de encontro ao desejo de expansão para a região balcânica por parte do Império Austro-Húngaro.⁸ Perante este cenário, o assassinato do Arquiduque Francisco Fernando⁹, a 28 de Junho de 1914, em Sarajevo, constituiu o pretexto que a Áustria precisava para invadir a Sérvia e, por outro lado, para a Alemanha conquistar a Europa.¹⁰

1.2 – A ESTABILIZAÇÃO DA FRENTE OCIDENTAL

Posto isto, o sistema de alianças, laboriosamente construído nos anos que antecederam a guerra, precipitou as principais potências europeias para uma situação de beligerância. Ordenada a mobilização geral, a Alemanha, pôs em prática o plano Schlieffen¹¹ e, a 4 de Agosto, invadiu a Bélgica que havia recusado a movimentação de tropas alemãs pelo seu território.¹² Consciente da ameaça, Joffre¹³, decidiu, então, a 7 de Agosto, lançar duas ofensivas a Sul, na região da Alsácia pondo em prática o plano XVII¹⁴, contudo, e apesar de um sucesso inicial, veio a descobrir que o *élan* do seu Exército pouco valia contra o poder do armamento moderno germânico.¹⁵ Entretanto, em 16 de Agosto, após a queda do último bastião da oposição belga, Joffre, percebeu que o plano XVII estava errado e decidiu adoptar uma postura defensiva ao longo do Somme para proteger a sua capital. Todavia, já no início de Setembro, e no aproveitar de uma janela de oportunidade¹⁶, ocorreu a primeira batalha do Marne, que foi então a última grande manobra da guerra de movimento na frente Ocidental, obrigando os alemães a recuar e a adoptar uma postura defensiva na margem direita do rio Aisne. No seguimento deste volte face, encetou-se uma “corrida ao

8 Este projecto tinha como principal objectivo a união do povo sérvio que, nessa altura, se encontrava dividido por territórios dos Impérios Austro-húngaro e Otomano.

9 Sobrinho do Imperador austríaco Francisco José e herdeiro do trono do Império Austro-Húngaro.

10 cf. MARTELO, David, “Balcãs: um problema insolúvel”, *op.cit.*, pp. 23-24. Ver Anexo I.

11 Este plano era baseado na teoria que a Rússia era mais lenta a mobilizar que a França. Uma força relativamente pequena detinha a Rússia a Este enquanto a França era conquistada. A solução era criar um ataque secundário a Sul na região das Ardenas e lançar o seu ataque principal através da Bélgica ou da Holanda, sem que para isso implicasse a violação das fronteiras de um território neutral. Nesta estratégia de «porta giratória» a força a Norte em seis semanas conquistaria a vitória.

12 cf. MARTELO, David, “mobilizações e declarações de guerra”, *op.cit.*, pp. 48-52.

13 Joseph Jacques Césaire Joffre (1852-1931) General Comandante-chefe do Exército francês durante os dois primeiros anos de guerra.

14 Este plano era baseado na presunção de que um ataque russo na frente Leste obrigaria a Alemanha a transferir parte do seu potencial de combate para a Prússia Oriental criando assim um potencial relativo de combate favorável à França. O plano francês resumia-se a responder à potência agressora partindo do pressuposto que o ataque alemão viria de Sudeste, deste modo, construiu uma linha de fortificações de Sudeste até Noroeste deixando o espaço que contemplava o plano alemão totalmente desprotegido.

15 cf. MARTELO, David, “Joffre e a ofensiva francesa, opção pela Alsácia”, *op.cit.*, pp. 64-66.

16 Face ao avanço desmedido do Exército Alemão criou-se uma abertura, cerca de 40 km, na frente do dispositivo de ataque alemão.

mar”¹⁷, que terminou sem qualquer resultado, obrigando ambos os contendores a procederem à organização das posições conquistadas, com trincheiras e outras formas de fortificação de campanha, dando, assim, início à guerra de trincheiras.

1.3 – A SITUAÇÃO DA REPÚBLICA

Após a implantação da República, em 5 de Outubro de 1910, Portugal mergulhou num grave problema político e estrutural, marcado pela falta de consolidação e legitimação nacional do seu regime.¹⁸ Desde a sua formação e até ao início da guerra, em Agosto de 1914, a República viveu um período de contestações diversas que, de certa forma, marcaram as clivagens no partido republicano¹⁹ e as tentativas de tomada do poder por parte dos monárquicos. Falhada a coesão nacional em torno do novo regime, inviabilizando deste modo a tomada de decisão consensual respeitante à mobilização de Portugal para a guerra, a nação ficou marcada, por um lado, através da dicotomia *guerristas*²⁰ e *anti-guerristas*²¹ e, por outro, entre aqueles que perfilam ao lado dos ideais germânicos em contraponto à maioria aliadófila.²²

A nível internacional, a imagem do País ficou algo fragilizada debatendo-se a sua política externa com dois problemas fundamentais, ambos pautados pela transigência da aliança inglesa. Por um lado, a questão da defesa colonial, por outro, a questão da sua afirmação peninsular.²³ No plano colonial, com a emergência da rivalidade anglo-alemã, Portugal começou a sentir as suas colónias em perigo, uma vez que podiam ser utilizadas como um mecanismo de negociação e estabilização entre as duas potências.²⁴ No plano peninsular, os encontros de Cartagena (1907)²⁵, constituíam outro motivo de apreensão para Portugal, pelo facto desta aproximação entre Espanha e Inglaterra poder fragilizar a *Velha Aliança* enquanto garante de defesa nacional, pondo assim em causa a independência portuguesa. Segundo Gómez²⁶, embora o problema tenha sido desvalorizado pela afinidade existente entre os governos peninsulares, fora intensificado pelo

17 Teve como principal objectivo tentar flanquear as primeiras trincheiras do opositor.

18 cf. TEIXEIRA, Nuno Severiano, “Porque foi Portugal para a guerra...”, in *Nova História Militar de Portugal, Volume 4*, pp. 17-22.

19 A sua divisão originou três partidos: o Democrático, mais radical, liderado por Afonso Costa; o Evolucionista, moderado, encabeçado por António José de Almeida; e o Unionista, mais conservador, dirigido por Brito Camacho.

20 Eram a favor da participação de Portugal na frente europeia. Por exemplo Afonso Costa ou João Chagas.

21 Eram contra a participação de Portugal na frente europeia. Por exemplo Manuel de Arriaga ou Pimenta de Castro.

22 cf. MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal, Volume II...*, pp. 266-269.

23 cf. TEIXEIRA, Nuno Severiano, “A situação internacional da República antes da guerra”, in *op.cit.*, pp. 14-17.

24 Esta ameaça ficou registada em dois acordos estabelecidos secretamente. O primeiro, em 1898, ainda durante a Monarquia e o segundo, em 1912-1913, já em plena República.

25 Encontro entre Espanha, França e Inglaterra com o objectivo de se oporem às intenções da Alemanha sobre as ilhas Baleares e Canárias.

26 cf. GÓMEZ, Hipólito de la Torre, *Conspiração contra Portugal (1910-1912) ...*, pp. 209-211.

regicídio de 1908, podendo assim falar-se de “ [...] «perigo espanhol» num duplo sentido: perigo para a República e perigo também para o País.”²⁷ Existia uma ambição anexionista em Espanha e, apesar de não constituir a posição oficial da política externa espanhola, a sua hostilidade derivava não só de motivos ideológicos mas também de interesses práticos.²⁸ Isto é, ao receio de um contágio revolucionário vindo de Portugal, havia que acrescentar as intenções seculares que o próprio Afonso XIII entendia como, passível de serem concretizadas.

Perante o cenário de guerra, nos primeiros dias de Agosto, o Governo²⁹, por não existir um entendimento geral na sociedade, optou por manter uma ambígua neutralidade, ao mesmo tempo que procurou a integração de todos os portugueses numa causa comum. Já em 1916, face à iminente declaração de beligerância portuguesa, criou-se um executivo com o objectivo de conduzir a guerra, concertado entre Democráticos e Evolucionistas com o apoio dos Unionistas e Socialistas que ficou conhecido como *União Sagrada*. Contudo, só no ano seguinte, já com Afonso Costa na presidência do segundo governo da *União Sagrada* é que Portugal enviou definitivamente tropas para o Teatro de Operações europeu.

1.4 – AS CAUSAS DA ENTRADA DE PORTUGAL NA GUERRA

Segundo as razões apontadas pelo governo de Afonso Costa os principais motivos da entrada de Portugal na Grande Guerra foram a questão colonial e o pedido de requisição dos navios alemães em portos portugueses feito pelo governo britânico.³⁰

A questão colonial era sem dúvida o único móbil que congregava a sociedade em torno do regime. As colónias em África eram objecto de grande cobiça por parte de grandes potências como a França, a Inglaterra e a Alemanha e eram susceptíveis de ser utilizadas como moeda de troca caso o desenlace da guerra assim o determinasse, para além de que, as regiões a Sul de Angola e a Norte de Moçambique já haviam sido atacadas por tropas alemãs.

O respeitar da aliança luso-britânica era também um motivo válido, embora não reunisse total consenso entre a sociedade.³¹ Para o governo entrar em guerra ao lado do seu aliado de sempre era duplamente vantajoso: primeiro garantia a posse das suas colónias ameaçadas pelos

27 GÓMEZ, Hipólito de la Torre, *op.cit.*, p. 208.

28 Por duas ocasiões, em 1911 e 1912, tropas fiéis à Monarquia estacionadas em território espanhol, marcharam sobre o território português com o objectivo declarado de restaurar a Monarquia.

29 O governo era chefiado por Bernardino Machado, que se seguiu a Afonso Costa.

30 cf. *Palavras Claras*. “Razões da intervenção militar de Portugal na guerra europeia”, 1917.

31 O anglofobismo da juventude portuguesa produzido pelo *Ultimatum* britânico ainda estava latente na sociedade.

alemães; em segundo impedia que a Inglaterra pudesse utilizar as colónias portuguesas como moedas de troca nas negociações de paz.

As evoluções mais recentes nos estudos sobre as motivações da entrada de Portugal na guerra, nomeadamente, de Hipólito de la Torre Gómez e Nuno Severiano Teixeira, vieram ampliar o leque de motivações chamando à questão, e no domínio da política externa, a problemática das relações peninsulares e o desejo de afirmação internacional, em paralelo, com os propósitos internos não só reforçar os mecanismos de estabilidade política, mas também de construção de um regime perpétuo.³²

Relativamente à questão peninsular, Portugal para além de querer recuperar o prestígio internacional e conquistar um lugar de destaque nas negociações para a Paz ao nível europeu queria, principalmente, afastar o perigo duma hipotética invasão de Portugal pela Espanha. Face à neutralidade espanhola, entrar na guerra ao lado da Inglaterra constituía uma dupla garantia: primeiro no plano peninsular, era uma oportunidade de enfraquecer a aliança Hispano-Britânica e inversamente de fortalecer a aliança Anglo-Lusa, valorizando estrategicamente o território português; em segundo no quadro europeu, era uma oportunidade ímpar de estar presente no Concerto das Nações e de afirmar a República portuguesa no contexto internacional.

Por fim a estratégia intervencionista além de lutar pela defesa dos interesses nacionais e pelos objectivos de ordem externa pretendia, beneficiando da conjuntura internacional que a guerra concedia, conquistar os seus objectivos de política interna. Perante as inúmeras adversidades dentro e fora do regime, estava criado o alibi perfeito para justificar o sacrifício da nação em nome da unidade nacional, unindo assim todos os portugueses em torno do governo. Deste modo o governo conseguia de um só golpe neutralizar as oposições extraparlamentares, fazendo passar por nacional, um projecto partidário, assegurando assim a consolidação política e legitimidade simbólica que lhe faltava. A entrada na guerra seria a rampa de lançamento dos Democráticos para a hegemonia política interna e a consequente consolidação da República.

Recentemente António Paulo Duarte³³ vem afirmar que o guerrismo estava ligado à política inglesa dos republicanos radicais. A sua visão, da intervenção portuguesa na conflagração, aponta para quase todos os objectivos anteriormente referidos, exceptuando o reforçar da aliança luso-britânica. Participar efectivamente ao lado da *Entente* seria mais uma dupla garantia: primeiro

³² Veja-se a este respeito: TEIXEIRA, Nuno Severiano, *op.cit.*, pp. 17-22 e GÓMEZ, Hipólito de la Torre, *op.cit.*, pp. 190-225.

³³ “O Desejo da Aliança”: Os Republicanos Radicais, a Aliança com a Grã-Bretanha e a Intervenção Portuguesa na Grande Guerra in *Colóquio Internacional Guerra e Memória (1914-1919)*, que decorreu entre 22-27 de Junho de 2009 na Reitoria da Universidade Nova de Lisboa.

seria uma oportunidade única para se libertar da escravidão política externa e interna e conseqüentemente se desligar da sua transigente aliada; por fim servia para aumentar o prestígio a nível internacional e o poder nacional do Partido Democrático.

Perante toda esta nova historiografia, e sem nos debruçarmos afincadamente na problemática em questão, parece-nos que a da ideia de António Paulo Duarte é a que mais se adequa à realidade em questão, isto porque, sendo Portugal visto pela maioria dos países europeus como um País tutelado pela Inglaterra e face ao anglofobismo da juventude portuguesa, produzido pelo *Ultimatum* britânico, consideramos que a diplomacia radical de Afonso Costa, chefe do Governo e de João Chagas, ministro em França, foi determinante para a entrada de Portugal na guerra europeia.

1.5 – A POLÍTICA PORTUGUESA DE GUERRA

Em vésperas da sua participação na frente Ocidental, Portugal deparava-se com uma grave crise nas suas Forças Armadas, dado que, as reformas militares de 1911 que deveriam ser reformas de fundo e de longo prazo fizeram o seu curso, apenas durante dois anos, sem grande sucesso, até serem interrompidas em 1914, com a eclosão da guerra.³⁴ Era um instrumento que estava mal preparado a nível técnico e ao nível do equipamento e armamento, principalmente para participar na frente ocidental da guerra.

Com o início da guerra, em 1914, Portugal na obrigação de respeitar a aliança intercede junto do Governo britânico, através da sua diplomacia, para uma possível posição de beligerância colocando-se ao lado dos Aliados. Apesar disso, numa primeira fase, a Inglaterra declinou os pedidos preferindo que Portugal mantivesse uma posição de *ambígua neutralidade*³⁵ sem, contudo, declarar a neutralidade. Na verdade, desde a vitória do intervencionismo, em Maio de 1915, que se começou a desenvolver-se uma política de defesa com o propósito de criar uma *Divisão Auxiliar*, capaz de intervir no Teatro de Guerra europeu. Essa Divisão foi a génese da *Divisão de Instrução* que começou a desenvolver-se, com a eminência da entrada de Portugal na guerra, na sequência do pedido inglês de requisição dos navios alemães fundeados em portos nacionais. Com efeito, em virtude da declaração de guerra da Alemanha, em 9 de Março de 1916, dá-se o famoso “milagre” de Tancos.³⁶ Conseqüentemente, entre Agosto e Dezembro de 1916

³⁴ Nas suas reformas militares a República procurou essencialmente implementar um modelo miliciano à imagem do Exército suíço e criar um instrumento favorável ao seu regime.

³⁵ Portugal já estava a ser atacado pelo exército alemão no Sul de Angola e no Norte de Moçambique.

³⁶ Foi um aprontamento em tempo recorde, cerca de quatro meses, face à frágil capacidade do instrumento militar. Veja-se a este respeito TEIXEIRA, Nuno Severiano, “Como foi Portugal para a guerra...”, in *op.cit.*, pp. 22-30.

decorreram as negociações diplomáticas e militares entre Portugal, França e Inglaterra, com o objectivo de determinar o modo de participação do CEP na frente europeia.³⁷ Em resultado das negociações, surgiu em Janeiro de 1917, a assinatura de uma convenção sobre o emprego das forças portuguesas na zona de operações inglesa, prevendo o envio de uma Divisão reforçada, a 35 000 homens. Todavia, em Fevereiro de 1917, sob proposta do comandante do CEP, previamente negociada com a diplomacia britânica, a força expedicionária passa a Corpo de Exército composta por duas Divisões num total de 55 000 homens.³⁸

O modo de projecção da força portuguesa para o teatro europeu, segundo a convenção de 3 de Janeiro de 1917, far-se-ia por via marítima e ficava a cargo da marinha inglesa.³⁹ O desembarque das tropas era feito no porto de Brest seguindo-se o seu transporte por via-férrea até à zona de concentração em Aire-Sur-La-Lys. Antes de entrarem em sector, de acordo com a mesma convenção, as tropas do CEP tiveram de passar por uma fase de instrução junto do Exército inglês para se ambientarem à realidade da guerra europeia. Numa primeira fase, ainda sem qualquer tipo de responsabilidade sob o sector, tirocinaram nas trincheiras para se ambientarem ao seu dia-a-dia. Numa segunda fase, assumiram a responsabilidade da defesa de um subsector de Brigada ainda sob controlo inglês. Por fim, quando todas as forças completaram todas as fases, assumiram por completo a responsabilidade do seu sector. Deste modo, só em Julho de 1917, a primeira Divisão portuguesa assumiu a responsabilidade do sector sob o comando do XI Corpo de Exército Inglês. Finalmente, em 5 de Novembro de 1917 o comandante do CEP, General Tamagnini de Abreu e Silva, assumiu inteiramente, a responsabilidade do sector português.⁴⁰

1.6 – O CORPO EXPEDICIONÁRIO PORTUGUÊS

“Depois do Parlamento Portuguez ter decidido a participação na guerra europêa, reuniu-se em Lisboa, em AGOSTO de 1916, uma comissão, em que estavam representados PORTUGAL, FRANÇA e INGLATERRA. Assentou-se em que Portugal enviaria para França uma Divisão, reforçada, para combater o inimigo comum incorporada no Exercito britânico. D’essa Divisão faziam parte 18 batalhões de infantaria, alem das outras armas e serviços, designados no memorandum

³⁷ Negociações relativas à orgânica, à táctica e ao próprio armamento a utilizar.

³⁸ cf. *Portugal na Grande Guerra*, dir. Ferreira Martins, p. 136.

³⁹ Este acordo por diversas razões nunca chegou a ser cumprido na sua totalidade ficando entre Outubro de 1917 e Fevereiro de 1918 reduzido à exígua capacidade da marinha portuguesa.

⁴⁰ Veja-se a este respeito: “Resumo histórico dos serviços prestados pelo C.E.P em França”, in *Revista Militar*, nº 6 e 7, Junho e Julho de 1919, pp. 408-426 e TEIXEIRA, Nuno Severiano, *op.cit.*, pp. 22-30.

assignado pelo Ministro dos Negocios Estrangeiros e pelo Ministro de S.M. o rei de Inglaterra em Lisboa. ⁴¹

Em resposta ao apelo do governo britânico, o governo nacional ordenou a concentração imediata de um corpo expedicionário sob o comando do General Fernando Tamagnini de Abreu e Silva, destinado a combater em França contra a Alemanha ao lado dos Exércitos das nações aliadas.⁴² Porém, em 12 de Fevereiro de 1917 o General Tamagnini propôs ao Ministro da Guerra português a elevação do CEP a Corpo de Exército, a duas Divisões.⁴³ Aprovada a resolução, foi imprescindível adaptar a organização portuguesa ao modelo britânico de modo a obter-se a máxima uniformidade orgânica e doutrinária possível. Em Portugal as Unidades de infantaria estavam organizadas em regimentos, a três batalhões cada. Para se adequarem ao modelo britânico esses regimentos tiveram de ser transformadas em Brigadas constituídas a quatro batalhões cada. Desta forma, os 24 batalhões de infantaria existentes, que guarneciam os oito regimentos, foram agrupados em seis Brigadas de infantaria, pertencendo a primeira, segunda e terceira Brigadas de infantaria à primeira Divisão e a quarta, quinta e sexta Brigadas de infantaria à segunda Divisão.

As Brigadas tinham a seguinte constituição:

Primeira Brigada: batalhões dos regimentos de infantaria 21, 22, 28 e 34;

Segunda Brigada: batalhões dos regimentos de infantaria 7, 23, 24 e 35;

Terceira Brigada: batalhões dos regimentos de infantaria 9, 12, 14 e 15;

Quarta Brigada: batalhões dos regimentos de infantaria 3, 8, 20 e 29;

Quinta Brigada: batalhões dos regimentos de infantaria 4, 10, 13 e 17;

Sexta Brigada: batalhões dos regimentos de infantaria 1, 2, 5 e 11.⁴⁴

Os batalhões de infantaria passaram a ser constituídos por quatro companhias, perfazendo um total de 5 oficiais e de 240 praças.⁴⁵

Rato, vem acrescentar que a adopção das companhias ternárias do CEP, em detrimento das companhias quaternárias britânicas, deveu-se ao difícil fraccionamento dos homens dentro do pelotão e, sobretudo, porque a doutrina portuguesa “ [...] teve sempre uma tendência manifesta para não adoptar o fraccionamento regulamentado para o pelotão, conservando-lhe a divisão

⁴¹ PT/AHM/FP/51/3/858/9, cópia dactilografada da réplica manuscrita feita pelo General Tamagnini ao livro do General Gomes da Costa “A Batalha do Lys”, p. 1.

⁴² cf. Decreto nº 2:938 de 17 de Janeiro de 1917, in *Ordem do Exército*. Ver Anexo II.

⁴³ Esta sugestão terá sido previamente acordada com o Comando Superior Britânico, de onde emanou uma proposta do Ministro da Guerra português, datada de 22 de Fevereiro de 1917. Veja-se a este respeito *Portugal na Grande Guerra*, dir. Ferreira Martins, pp. 138. Ver Anexo III.

⁴⁴ cf. *História do Exército Português (1910-1945)*, Volume III, p. 71.

⁴⁵ Para mais pormenor ver *C.E.P., I – Organização...*, pp. 73-79.

binária em secções, como antes da guerra [...] ”.⁴⁶ Cada companhia tinha três pelotões constituídos por cinco secções: secção de atiradores, a três grupos; secção de granadeiros de mão, a dois grupos; secção de granadeiros de espingarda, a dois grupos; secção de metralhadora ligeira, a um grupo⁴⁷, e secção de ligação, num total de 1 oficial subalterno e de 69 praças.⁴⁸

As Unidades de metralhadoras pesadas foram organizadas em seis grupos, cada um com quatro baterias, perfazendo um total de 96 metralhadoras pesadas *Vickers* 7,7 cm.⁴⁹

Relativamente à artilharia de campanha, constitui-se, seis grupos de artilharia tendo cada grupo três baterias de peças de 7,5 cm e uma bateria de obuses 11,4 cm.⁵⁰ A mobilização dos grupos de baterias de artilharia coube às seguintes Unidades territoriais:

Regimento de Artilharia 2 (Figueira da Foz) – 1º G.B.A.;

Regimento de Artilharia 7 (Viseu) – 2º G.B.A.;

Regimento de Artilharia 8 (Abrantes) – 3º G.B.A.;

Regimento de Artilharia 3 (Santarém) – 4º G.B.A.;

Regimento de Artilharia 1 (Lisboa) – 5º G.B.A e 6º G.B.A..⁵¹

O CEP enquanto Corpo de Exército, a duas Divisões, foi comandado pelo General Tamagnini, sendo a primeira Divisão comandada pelo General Gomes da Costa e a segunda Divisão pelo General Simas Machado.⁵² O Corpo Expedicionário enquadrava-se no primeiro Exército britânico, sob o comando do General Sir H.S. Horne, e tinha como Chefe de Estado Maior o Major-General W. H. Anderson.⁵³

⁴⁶ RATO, Raul Frederico, “A organização e os dispositivos de combate de infantaria na Grande Guerra”, in *Revista Militar*, nº 12, Dezembro de 1919, p. 737.

⁴⁷ Cada batalhão dispunha de 16 metralhadoras ligeiras, *Lewis*.

⁴⁸ cf. *Portugal na Grande Guerra*, dir. Ferreira Martins pp. 219-221.

⁴⁹ cf. *C.E.P., I – Organização...*, pp. 80-81.

⁵⁰ Para mais pormenor ver *C.E.P., I – Organização...*, pp. 58-61.

⁵¹ cf. *História do Exército Português (1910-1945), Volume III*, p. 72.

⁵² Ver Anexo IV.

⁵³ A descrição ficou restringida exclusivamente às unidades que o tema comporta uma vez que estar a escarpelizar as restantes seria desviar-nos da questão central. Veja-se a este respeito *Portugal na Grande Guerra*, dir. Ferreira Martins pp. 221-224.

CAPÍTULO 2 – A FRENTE PORTUGUESA NA FLANDRES

2.1 – O SECTOR PORTUGUÊS

O sector português da Flandres francesa estava inserido numa zona de defesa britânica que ia de Dixmude a Oise com uma extensão de cerca de 230 km. Essa frente estava guarnecida com 80 Divisões, agrupadas em cinco Exércitos, todos eles sob o Comando superior do Marechal Sir Douglas Haig. O sector do CEP ficou sob a responsabilidade do I Exército britânico cuja frente era superior a 50 km, fazendo fronteira a Norte e a Sul com os II e V Exércitos britânicos respectivamente. A configuração do sector português aquando definitivo assemelhava-se a um trapézio⁵⁴, cuja base maior correspondia à linha de contacto com o inimigo (IN), com cerca de 11 km de extensão e ia de Scheteland Road, a Oeste de Bassée, até New Bond Street, a Leste de Lavantie. A base oposta do trapézio, sensivelmente metade da primeira base, ia desde o canal do Lys, a Sul de Haversquerque, até à ponte de linha férrea Merville-Berguette, sobre o canal do rio Aire. O lado do trapézio relativo ao flanco Sul assentava sobre o canal de La Bassée seguido pelo canal do Aire. Por fim, o lado do trapézio relativo ao flanco Norte correspondia ao canal do Lys, desde a ponte da estrada Estaires-Armentières, até ao limite à retaguarda, a Sul de Haversquerque.⁵⁵

2.2 – SISTEMA GERAL DE DEFESA

O sistema geral de defesa que o CEP foi ocupar, já havia sido delimitado anteriormente pelos aliados. Era constituído por várias linhas defensivas, escalonadas em profundidade agrupadas em três grandes zonas de defesa.⁵⁶

A primeira zona de defesa tinha cerca de 2 000 metros de profundidade e era constituída por três linhas: a linha avançada ou linha A, a linha de apoio ou linha B e a linha C. A linha A era constituída por uma trincheira contínua, protegida na frente por um sistema de arame farpado com três metros de altura, estando cada trecho cerca de 10 metros distanciados entre si. Entre 100 ou 200 metros à retaguarda desta linha existiam linhas de apoio, igualmente protegidas na frente por arame farpado, destinadas a abrigar pequenos efectivos em apoio à linha avançada. Paralelamente à linha A, a uma distância de 300 a 800 metros para a retaguarda, ficava a linha B.

⁵⁴ Ver Anexo V.

⁵⁵ Veja-se a este respeito *Portugal na Grande Guerra*, dir. Ferreira Martins, pp. 241-243 e *História do Exército Português (1910-1945)*, Volume III, p. 79.

⁵⁶ Ver Anexo VI.

Esta linha, à semelhança da linha avançada, estava protegida por um trecho de obstáculos de arame farpado e estava flanqueada por metralhadoras pesadas, posicionadas em abrigos preparados e devidamente camuflados. Era a linha de resistência dos postos avançados para onde as forças da primeira linha retiravam caso as suas posições se tornassem insustentáveis. Era nesta linha que se encontravam os postos de comando das companhias da frente. A linha C era definida por uma linha de trincheiras descontínuas, com vários redutos defensivos que se encontravam a cerca de 500 a 800 metros à retaguarda da linha B. Era nesta linha que se encontravam os depósitos de munições, de víveres e água, onde se reuniam as forças de apoio imediato das linhas da frente e onde se encontravam, normalmente, os postos de Comando dos batalhões em primeira linha. As comunicações entre as três linhas eram estabelecidas por trincheiras de ligação construídas em ziguezague.

A segunda zona de defesa, com 3 000 a 4 000 metros de profundidade, era constituída por duas linhas: a *linha das Aldeias* ou *linha intermédia* e a *linha do Corpo*.

A linha das Aldeias, sensivelmente a 3 000 metros da linha A, era formada por algumas ruínas de aldeias ou de quintas, preparadas defensivamente, que se encontravam alinhadas ao longo de Epinette, Richebourg, Angle, Croix-Barbée e Lavantie. Era nesta linha que se encontrava a reserva das Brigadas em primeira linha. A linha do Corpo, sensivelmente a 5 000 metros da linha avançada, sob a responsabilidade do Corpo de Exército, dispunha de grandes obras de fortificação de campanha organizadas em grupos e ligadas por redes de arame que cobriam as principais vias de comunicação com ligação à retaguarda.⁵⁷ Passava por Masplaux, a Sul, seguindo para Norte por Lacouture, Huit Maisons e Mudy Lane. Era nesta linha que se encontrava a reserva geral do Corpo. Entre estas duas linhas, por vezes, existiam ainda algumas linhas de alternativa, constituídas por pequenos entrincheiramentos e postos isolados que serviam de ponto de apoio das defesas ou locais de reunião da reserva.

A terceira zona de defesa era constituída pela *linha do Canal*, e seguia o rio Clarence por Robecq e Callonne-Sur-La-Lys. Esta linha possuía várias fortificações e postos de defesa avançados em Locon, Zelobes, Lestrem e Ponte Riqueil, cobrindo as estradas principais do canal de Reabastecimento.⁵⁸

⁵⁷ Muitos desses obstáculos eram amovíveis para permitir aos agricultores locais trabalharem nas suas terras.

⁵⁸ Veja-se a este respeito *Portugal na Grande Guerra*, dir. Ferreira Martins, pp. 244-248 e *História do Exército Português (1910-1945)*, Volume III, p. 92

2.3 – DISPOSITIVO TÁCTICO DO CEP

Inicialmente, o sector português era constituído por quatro subsectores de Brigada: Ferme Du Bois, a Sul; Neuve Chapelle e Fauquissart, ao centro e Fleurbaix, a Norte, cobrindo uma frente com cerca de 18 km de extensão. Os dois sectores, a Norte, pertenciam à segunda Divisão e os dois, a Sul, pertenciam à primeira Divisão. Os Quartéis-Generais da primeira e segunda Divisões ficaram estabelecidos em Lestrem e La Gorgue respectivamente. Posteriormente, o Comando britânico, reconhecendo que a frente atribuída ao CEP era demasiadamente extensa para as duas Divisões, decidiu retirar o sector de Fleurbaix reduzindo assim a frente portuguesa para perto de 11km. No entanto, o Comando português, para manter o mesmo esquema táctico criou um novo sector entre Fauquissart e Neuve Chapelle que passou a ser conhecido por Le Chapigny.⁵⁹

Cada Divisão colocava duas Brigadas em primeira linha e deixava uma terceira Brigada à retaguarda.⁶⁰ Cada sector de Brigada estava dividido em dois subsectores de batalhão, cada um com uma frente que oscilava entre os 1 000 a 1 200 metros. Segundo Fraga, em primeira linha havia um máximo de oito batalhões, porque os restantes estavam escalonados em apoio e em reserva, à retaguarda.⁶¹ Cada batalhão tinha duas ou três companhias na linha A⁶² e duas ou uma na linha B. Deste modo ficavam quatro Brigadas, permanentemente envolvidas na primeira zona de defesa e as restantes duas ficavam à retaguarda, na segunda zona de defesa, constituindo a reserva da Divisão. Posteriormente, o Comando português, apercebendo-se da falha no dispositivo táctico, deslocou dois batalhões para a terceira zona de defesa de forma a constituir uma reserva geral.⁶³

2.4 – PLANO DE DEFESA

Ao longo da sua permanência em sector, o CEP, experimentou, essencialmente, dois planos de defesa: um primeiro, até à rendição da primeira Divisão, que previa o recuo das forças da frente, unicamente, até à linha C e um segundo, após a segunda Divisão tomar conta de todo o

⁵⁹ cf. “Resumo histórico dos serviços prestados pelo C.E.P em França”, in *Revista Militar*, nº 6 e 7, Junho e Julho de 1919, pp. 408-426.

⁶⁰ A brigada era a unidade base da defesa do sector estando-lhe a cargo todos os elementos de combate do sector: as baterias de metralhadoras pesadas, as baterias de artilharia de campanha e as baterias de morteiros.

⁶¹ cf. FRAGA, Luís Alves de, “O CEP marcha para o «front»”, in *Portugal Grande Guerra (1914-1918)*, pp. 322-325.

⁶² Que por sua vez colocava dois pelotões na linha A e um em apoio à retaguarda da linha A.

⁶³ cf. *Portugal na Grande Guerra*, dir. Ferreira Martins, pp. 249-250 e *História do Exército Português (1910-1945)*, Volume III, pp. 92-93.

sector, que previa um mero recuo até à linha B. Este plano era elaborado pelo Comando do CEP, segundo as directrizes do XI Exército britânico e era distribuído às Divisões que, por sua vez, transmitiam as directivas às suas subunidades de forma a padronizar todo o seu modo de acção. De uma forma geral, o modo de acção das companhias em primeiro escalão era essencialmente idêntica, a principal diferença neste caso, consistia nas tropas à retaguarda, reservas Divisionárias e de Corpo, a quem competia a defesa do terreno para além do terreno da linha B.

Geralmente, antes de um ataque alemão, eram executadas várias patrulhas às linhas portuguesas ou efectuados violentos bombardeamentos de modo a desmoralizar o opositor. Como resposta às patrulhas inimigas, correspondia-se com outras patrulhas, de modo a repeli-las ou capturá-las e contra o bombardeamento adverso executavam-se as adequadas represálias. Uma vez lançado o ataque IN, uma intensa barragem de artilharia e de morteiros, formava uma espécie de U sobre a faixa de terreno que iria assaltar, isolando deste modo a guarnição do resto do sector.⁶⁴ À barragem do IN a artilharia portuguesa, chamada pelo sinal de S.O.S., iniciava o fogo convencional. A barragem concentrava-se sobre a primeira linha inimiga de modo a evitar o avanço das vagas de assalto.⁶⁵ As metralhadoras ligeiras, colocadas no parapeito, cruzavam os fogos entre si, cobrindo toda a sua frente. As metralhadoras pesadas, granadeiros de espingarda e morteiros ligeiros cooperavam com a artilharia na barragem sobre a frente e sobre os flancos. Assim que a primeira linha se tornasse insustentável os homens retrocediam para as posições abrigadas à retaguarda da linha A. Caso o desfecho do ataque alemão fosse bem sucedido, cabia às guarnições das linhas de apoio e de reserva iniciar o contra-ataque até se recuperar o terreno perdido. Se o ataque não obtivesse sucesso, então, as tropas vitoriosas iniciavam a perseguição do adversário. Assim que o IN encetasse a retirada, as diferentes Unidades, apoiadas pela sua artilharia, passavam ao ataque, até consolidar a primeira linha. Após a consolidação da posição, iniciavam-se os trabalhos de engenharia, centrando as suas atenções na procura de minas e armadilhas supostamente colocadas pelo IN.⁶⁶

⁶⁴ Dada a fraqueza e outras deficiências dos abrigos portugueses, para se evitarem baixas, os homens abandonavam as suas posições procurando proteger-se, dos fogos, junto aos traveses ou nas trincheiras de ligação. Veja-se a este respeito FREIRIA, Fernando, *Os Portugueses na Flandres*, pp. 199-200.

⁶⁵ A barragem incidia entre a primeira linha inimiga e a frente das suas defesas de arame farpado, sempre num movimento de vai e vem constante.

⁶⁶ Veja-se a este respeito: PT/AHM/DIV/1/35/1216/4, C.E.P., QG, Instruções para o caso de retirada voluntária do inimigo na frente da 1ª Divisão do C.E.P e FREIRIA, Fernando, *op.cit.*, pp. 198-211.

CAPÍTULO 3 – AS POSIÇÕES DEFENSIVAS

3.1 – TERRENO

O terreno, na frente do sector Português era maioritariamente plano, descendo suavemente para o ribeiro de Layes, que cortava transversalmente a Terra de Ninguém. A natureza geológica do sector português tornava principalmente as linhas do sector central, uma das mais difíceis de conservar em condições de defesa. Os drenos que se cruzavam por todo o sector constituíam outro inconveniente uma vez que em tempo chuvoso e face à subida do caudal das ribeiras tornavam as trincheiras em verdadeiros lamaçais. As ribeiras de La Louanne e a de La Loisne desenhavam transversalmente o sector de Ferme du Bois na direcção da linha das Aldeias, juntando-se ao canal do Lawe, afluente do Lys, perto de Lacouture, que por sua vez, atravessava perpendicularmente todo o sector português, ao longo da linha do Corpo. Mais à retaguarda o canal de Clarence, ao longo da linha do Canal, traçava igualmente todo o sector. Como pontos importantes tinham as estradas, caminhos-de-ferro e as pontes com direcção a Estaires ou a Merville.

No lado germânico, o terreno apresentava uma ligeira linha de alturas na região de Aubers – Fromelles com uma cota média de 30 a 40 metros, dispondo de uma melhor observação sobre o sector português e possibilitava a construção de melhores posições defensivas⁶⁷, dado que o solo era mais seco e menos argiloso.⁶⁸

3.2 – TRINCHEIRAS E ABRIGOS

Na primeira linha, face às características do terreno, as trincheiras⁶⁹ eram essencialmente construídas em altura, à base de sacos de terra, cortadas por *traveses*⁷⁰ distanciados de 30 a 40 passos, conferindo assim uma reduzida protecção para a força.⁷¹ Os abrigos⁷² eram construídos de igual forma e assentavam em cima de estruturas de madeira para evitar, face à subida do nível das

⁶⁷ “Posição de resistência precedida de um sistema de postos avançados, num sector de terreno organizado ou não, e ocupada por uma grande unidade encarregada de defendê-la”, in *Grande enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, volume XXII, p. 899.

⁶⁸ FRAGA, Luís Alves de, *op.cit.*, pp. 322-325.

⁶⁹ Ver Anexo VII.

⁷⁰ “Talude ou parede, existente no interior das trincheiras de combate ou de comunicação, disposta perpendicularmente à orientação geral de cada um dos respectivos troços e destinada a limitar os efeitos dos tiros directos ou ricochetes que entrem de enfiada na trincheira”, SOARES, V. H. Varela; ADELINO, E. A. Neves, *Dicionário da Terminologia Militar II*, p. 657. Para um maior esclarecimento ver *Regulamento para os trabalhos de Fortificação da Infantaria - II Parte*, p. 38.

⁷¹ cf. COSTA, Gomes da, *A Grande Batalha Do C.E.P....*, p.135.

⁷² Ver Anexo VIII.

águas, que alagassem. Segundo Fraga, os postos de comando das companhias e dos batalhões em primeira linha não passavam de buracos escavados na terra lamacenta, com paredes escoradas com troncos de árvores, reforçadas com tábuas ou capas de ferro e tectos feitos com chapas metálicas cobertas com sacos de terra, para impedir o seu abatimento.⁷³

Na linha das Aldeias e do Corpo, como anteriormente vimos, as suas posições eram apoiadas em construções existentes e devidamente fortificadas. O mesmo Fraga acrescenta que os Quartéis-Generais das Brigadas e das Divisões estavam instalados em vivendas requisitadas para o efeito.⁷⁴ Daqui advém a justificação para o desejo permanente das tropas ficarem em apoio ou, sobretudo, em reserva.⁷⁵

3.3 – O QUOTIDIANO DAS TRINCHEIRAS

3.3.1 – Serviço de trincheira

Diariamente havia duas formaturas gerais designadas *a postos* que ocorriam uma hora antes dos crepúsculos náutico matutino e vespertino mantendo-se até 30 minutos depois.⁷⁶ Nesta altura era passada revista aos homens, ao material, ao armamento, aos paióis e lidas as instruções de serviço em vigor. A actividade durante o dia era diferente da noite. Normalmente se não houvessem bombardeamentos de dia, os homens aproveitavam para descansar porque a noite era sempre mais exigente, porém, qualquer iniciativa de um dos lados dava direito a represálias do mesmo tipo por parte do opositor. De noite, as tropas estavam sempre sob pressão, à espera de assaltos ou de raids inimigos, com sentinelas imóveis, permanentemente a vigiar a Terra de Ninguém.⁷⁷

3.3.2 – Pessoal de serviço

A companhia enviava para a frente dois grupos de seis homens⁷⁸, mais um graduado. De noite, o efectivo destas sentinelas duplicava, quadruplicando, por ocasião de noites muito escuras.⁷⁹ Normalmente os turnos eram de duas horas de dia e quatro de noite. Existia sempre um oficial de serviço por cada companhia que fazia o mesmo tempo de serviço e era ele o

⁷³ cf. FRAGA, Luís Alves de, *op.cit.*, pp. 322-325. Ver Anexo IX.

⁷⁴ Ver Anexo X.

⁷⁵ cf. FRAGA, Luís Alves de, *op.cit.*, pp. 322-325.

⁷⁶ A experiência dizia que este era o período mais provável de ocorrer um ataque.

⁷⁷ Veja-se a este respeito PT/AHM/DIV/1/35/1216/4, C.E.P., QG, Prescrições geraes para o serviço nas trincheiras.

⁷⁸ Dois soldados de metralhadora ligeira, dois granadeiros de mão, um granadeiro de espingarda e um sniper.

⁷⁹ As sentinelas espreitavam por cima do parapeito para a Terra de Ninguém. Tinham o periscópio para ajudar o serviço, porém, muitas vezes, denunciava a sua posição. Veja-se a este respeito VIEIRA, Melo, “*Gambúsios*”..., pp. 121-130.

responsável pelo cumprimento das instruções para a companhia. Para garantir o cumprimento da missão, efectuava rondas, de dia e de noite, aos postos, *sapas*⁸⁰ e postos avançados quando existissem. As rondas de batalhão eram feitas por oficiais de metralhadoras, observadores e granadeiros. Os abrigos de metralhadoras eram guarnecidos permanentemente por quatro homens, ficando sempre um em posição por altura das formaturas gerais. De dia, os postos de observação eram guarnecidos por dois homens, sendo, em geral, dispensados durante a noite. Os condutores de rancho para as linhas eram constituídos por grupos de dois homens mais um soldado inglês. O pessoal do rancho era normalmente constituído por um sargento e quatro soldados. As ordenanças e guias estavam distribuídas duas pelos comandos dos batalhões, uma para os comandantes de companhia e outra para cada pelotão.⁸¹ De noite eram lançadas escutas, em geral um graduado e três soldados, para detectar movimentos do IN.⁸² Inicialmente estas escutas foram colocadas entre o parapeito e o arame farpado, passando mais tarde a serem posicionadas para além do arame.⁸³ Além destes, existiam os piquetes de trabalho que tinham como tarefas as reparações de trincheiras e de obstáculos de arame farpado para além de todos os trabalhos de reabastecimentos.⁸⁴ Com efeito, nenhuma praça poderia entrar de piquete sem que tivesse descansado no mínimo seis horas. Durante o dia, juntando homens de serviço e de repouso, poucos sobravam para os trabalhos diários. De noite, passava-se a mesma coisa, eram necessários homens para as sentinelas e para as patrulhas, desfalcando ainda mais o efectivo disponível para outros serviços. A única maneira de avançar com o trabalho era reparti-lo pela noite e pelo dia, realizando-se, de noite, os trabalhos de reparação do arame farpado e outros de maior risco e de dia, de uma forma dissimulada, os indispensáveis trabalhos de reparação dos parapeitos, remuniamentos e outros com menor perigosidade sem, contudo, correrem o risco de serem identificados.⁸⁵ Como regra geral, os trabalhos de conservação das trincheiras da primeira linha ficavam a cargo das companhias que a defendiam, sendo apoiados por elementos de

⁸⁰ Era uma espécie de trincheira de ligação, feita pelos elementos de sapadores mineiros, em direcção ao inimigo de forma a poder alcançar uma posição para bater algum ponto não observado e para poder bater de flanco a frente da posição.

⁸¹ Veja-se a este respeito PT/AHM/DIV/1/35/1216, C.E.P., Indicações sobre o serviço na 1ª Linha.

⁸² Normalmente as escutas ligavam-se ao graduado, que ficava dentro da trincheira, através de um fio com o fim de, pelo número de esticões previamente combinado, avisar da aproximação de patrulhas inimigas, o seu efectivo, necessidade de apoio imediato, sem que para isso tivessem que abandonar a sua posição. Veja-se a este respeito COSTA, Gomes da, *op.cit.*, pp.134-135.

⁸³ cf. MONTEIRO, Quirino, “*Gambúsios*”..., p. 99.

⁸⁴ Ver Anexo XI.

⁸⁵ Veja-se a este respeito COSTA, Gomes da, *op.cit.*, pp. 127-128.

engenharia em casos de extrema necessidade.⁸⁶ Fruto da constante pressão da vivência na primeira linha acrescida pelos constantes bombardeamentos e incursões de patrulhas inimigas, raras não eram as vezes que surgiam relatórios errados a apresentar deficiências em coordenadas afastadas empenhando desta forma elementos indispensáveis ao supérfluo trabalho de reparação.⁸⁷ Também, trabalhos de extrema urgência, nomeadamente construção de abrigos e plataformas para metralhadoras na linha B, ficaram por realizar por falta de trabalhadores ou mesmo de oficiais, que em prejuízo para o serviço, iam frequentar as escolas de metralhadoras, para seguidamente irem comandar secções na frente de combate.⁸⁸

Não obstante, importa salientar, que com o passar do tempo, vendo as Unidades inglesas adjacentes rodarem constantemente, a reduzida motivação das tropas portuguesas rapidamente se transformou num problema para a chefia militar. Em verdade, os trabalhos de reparação começaram a ser mal executados, as rondas e patrulhas em vez de seguirem os itinerários estipulados abrigavam-se meia dúzia de metros mais à frente e esperavam que o tempo esgotasse. Começaram a surgir casos de automutilações e de contaminações gerais com o vírus da tuberculose com o objectivo de saírem da frente de combate. O jogo de influências existente entre o oficialato na retaguarda, que não era alheio às praças, permitia-lhes escapar às agruras das primeiras linhas, sobrecarregando, ainda mais, os únicos que realmente cumpriam dignamente as suas tarefas. Em síntese, o depauperamento físico e moral decorrente da sua vivência prolongada nas trincheiras, provocou a descara pelos trabalhos de manutenção das linhas e pelos serviços inerentes à segurança da própria Unidade.⁸⁹

3.3.3 – Patrulhas

As patrulhas eram, na guerra de trincheiras, o serviço fundamental que os comandantes de batalhão e de companhia deviam promover a todo o custo. Existiam patrulhas de reconhecimento e patrulhas de combate.⁹⁰ As primeiras, com efectivo mínimo de um graduado e seis soldados, eram normalmente enviadas para o reconhecimento da Terra de Ninguém, das defesas acessórias

⁸⁶ Os sapadores mineiros podiam auxiliar na construção de sapas e de outras obras mais complexas, porém a sua zona de responsabilidade era sobretudo na retaguarda até à linha C, inclusive. Os piquetes de trabalhos na *Terra de Ninguém* eram sempre acompanhados por piquetes ou patrulhas de protecção. A cada seis dias de trabalho nas trincheiras descansavam um. Veja-se a este respeito respectivamente: PT/AHM/DIV/1/35/311, Instruções para o serviço de Engenharia da Divisão; PT/AHM/DIV/1/35/309, Relatório de trabalhos da 1ª e 2ª C.S.M.; PT/AHM/DIV/1/35/310, Relatório de trabalhos da 3ª e 4ª C.S.M.

⁸⁷ Veja-se a este respeito PT/AHM/DIV/1/35/581, Nota em 18-02-1918.

⁸⁸ Veja-se a este respeito respectivamente: PT/AHM/DIV/1/35/579, Relatório de 8 Março 1918; PT/AHM/DIV/1/35/579, Comando de Engenharia divisionário, nota em 02-04-1918; PT/AHM/DIV/1/35/579, Exposição do Comandante interino do 4º GM ao Chefe de Estado-Maior da 2ª Divisão, nota nº 13/2 em 17 Março.

⁸⁹ Veja-se a este respeito PT/AHM/FP/51/3/858/7, relatório sobre a acção do CEP, 1919.

⁹⁰ cf. *C.E.P. Quartel-general. Instruções para o serviço de patrulhas de reconhecimento e de combate*, 1917.

do IN e outras informações que carecessem de confirmação. As patrulhas de combate, de composição e articulação variável conforme a missão a desempenhar, eram lançadas para a trincheira inimiga para destruir abrigos, colher informações, fazer prisioneiros de guerra, etc. Segundo Freiria, quando o efectivo destas patrulhas ultrapassava um certo limite, cujo autor não precisa, tais patrulhas tomavam a designação de *Raid*.⁹¹

3.3.4 – Rendições

Segundo Freiria⁹², o tempo máximo de permanência das guarnições nas trincheiras, compatível com a sua resistência moral e física, era de seis dias.⁹³ Como tal, foi este o período implementado no CEP. Contudo, no inverno, face à rusticidade imposta pela estação, a estadia na frente era reduzida a quatro dias, ficando aquém dos três dias implementados pelo Exército britânico.⁹⁴ Para que a rendição fosse processada correctamente, os comandantes dos batalhões, seus ajudantes, oficiais de metralhadoras e comandantes de companhia, procediam antecipadamente, aos indispensáveis reconhecimentos preocupando-se, sobretudo, com o estado do arame e das defesas, com as posições de combate e alternativas das metralhadoras e morteiros e com o plano de defesa da Unidade rendida. A rendição das companhias fazia-se essencialmente de madrugada obedecendo ao plano de rendição pré-estabelecido, contudo, estava sujeito a alterações ditadas pelos comandantes de batalhão.⁹⁵

⁹¹ cf. FREIRIA, Fernando, *op.cit.*, p. 189.

⁹² cf. FREIRIA, Fernando, *op.cit.*, pp. 194-198.

⁹³ Durante esse período cada combatente perdia, em média, três quilos. Veja-se a este respeito MARQUES, Isabel Pestana, *Das trincheiras com Saudade...*, p. 120.

⁹⁴ Estas rendições, sempre um período crítico para as defesas, nunca foram metódicas, pois tinham como objectivo, não criar rotinas susceptíveis de serem compreendidas pelo inimigo.

⁹⁵ “O roulement entre as companhias do nosso Batalhão fazia-se da seguinte forma: As Companhias duas a duas, rendiam-se alternadamente em 1ª linha, cada seis dias de ocupação [...]. As duas companhias que operavam juntas na frente, mudavam de flanco entre si, cada seis dias de ocupação, quer em 1ª linha, quer em linha de resistência quer em reserva. Como o nosso Batalhão alternava por sua vez com o batalhão de infantaria 14, vindo cada seis dias descansar outros seis fora das trincheiras, segue-se que, cada companhia só voltaria a ocupar as mesmas posições nas linhas de dezoito em dezoito dias.” Processo de rendição praticado no batalhão de infantaria 12, em Neuve-Chapelle, em Janeiro de 1918. GONÇALVES, Horácio de Assis, *Portugal na Guerra...*, pp. 131-132.

CAPÍTULO 4 – A INFANTARIA

4.1 – CONTEXTUALIZAÇÃO

Sendo o seu regulamento de instrução de 1912, doutrinariamente a arma de infantaria não estava preparada para esta nova forma de fazer a guerra. As suas experiências de combate traduziam-se unicamente às campanhas de ocupação e pacificação em África, realidade muito diferente da encontrada na Europa.⁹⁶

Face às características do combate em trincheiras, a infantaria sentiu necessidade de se adaptar. Procurou-se tornar a infantaria autónoma, de modo a “ [...] conseguir, usando apenas dos seus próprios meios, realizar, em ponto pequeno, todas as fases do combate: *preparação*, *execução* e *assalto*; e poder, portanto, travar essa luta nas melhores condições possíveis.”⁹⁷ Para este fim “ [...] foram dotados com as quatro armas [as Unidades de combate], que na guerra moderna se reconheceram necessárias à infantaria.”⁹⁸ a granada de mão, para ser utilizada às pequenas distâncias para desalojar o IN; a granada de espingarda, que tinha a possibilidade de ser lançada por cima das tropas empenhadas obrigando o IN a proteger-se atrás dos parapeitos; a metralhadora ligeira, que aumentava a potência de fogo e desmoralizava o IN e a espingarda com baioneta, que era de fácil manejo e muito eficaz no combate corpo a corpo.⁹⁹ Com efeito, no batalhão, a mais pequena Unidade de combate que se constituiu abrangendo as quatro armas da infantaria foi o pelotão, ficando por sua vez agrupadas em quatro secções consideradas indivisíveis e cujo efectivo rondava, por grupo, entre um mínimo de 7 homens e o máximo de 11.¹⁰⁰ Importa salientar, que para além destas quatro armas, a infantaria, tinha também a seu cargo as metralhadoras pesadas e morteiros ligeiros que porém, não eram utilizados nesta fase do combate por não fazerem parte da orgânica do batalhão.¹⁰¹

A dotação individual de munições na guerra de trincheiras era: agentes de ligação, secção de metralhadora Lewis e patrulhas de combate, 50 cartuchos; secção de granadeiros de mão, 50 cartuchos e 12 granadas; secção de granadeiros de espingarda, 50 cartuchos e pelo menos seis

⁹⁶ cf. GOMES, Pacheco, “A instrução tática da nossa infantaria”, in *Revista Militar*, nº 8, Agosto de 1913, pp. 561-563.

⁹⁷ RATO, Raul Frederico, “A organização e os dispositivos de combate de infantaria na Grande Guerra”, in *Revista Militar*, nº 12, Dezembro de 1919, p. 730.

⁹⁸ *Ibidem*

⁹⁹ Ver Anexo XII.

¹⁰⁰ Este efectivo estava relacionado com as capacidades de liderança do comandante. Entrevista com Isabel Pestana Marques, realizada no dia 23 de Junho de 2009.

¹⁰¹ Estavam sob comando das brigadas de infantaria. Veja-se a este respeito *C.E.P., I – Organização...*, pp. 73-79.

granadas de espingarda; secção de atiradores, 120 cartuchos e duas granadas de mão; limpadores, duas cargas explosivas e metralhadoras, 30 tambores.¹⁰²

4.2 – A INFANTARIA NO ATAQUE

A adaptação tática à nova realidade do combate moderno estabeleceu que o ataque às trincheiras inimigas era feito por vagas.¹⁰³ Cada vaga era executada por um pelotão formado em duas linhas. Na primeira linha iam as secções de granadeiros de mão e de atiradores. Na segunda linha, juntamente com as secções de metralhadora ligeira e de granadeiros de espingarda iam o comandante de pelotão e o agente de ligação.¹⁰⁴

De um modo geral, o ataque, que começava sempre à hora prevista precedido de uma barragem de artilharia, desenrolava-se da seguinte forma: a primeira vaga ultrapassava a primeira linha de trincheiras e, sem se deter com os defensores, avançava para o seu objectivo preparando-se de imediato para um possível contra-ataque¹⁰⁵; depois, os *limpadores*¹⁰⁶, que seguiam atrás da segunda linha, assumiam a tarefa de acabar com os focos de resistência remanescentes para assim criar condições para o sucesso da segunda vaga; por fim, o pelotão da segunda vaga limpava o objectivo e consolidava ou servia de apoio ao primeiro pelotão caso este fosse detido pelo IN.¹⁰⁷

No que concerne à limpeza de trincheiras, Freiria¹⁰⁸ refere que o método de limpeza não era estanque, dependia do critério do chefe do grupo, porém, de um modo geral, procedia-se da seguinte forma:¹⁰⁹ Na frente os atiradores com baioneta faziam o reconhecimento do primeiro lanço de trincheira, avançando cautelosamente em especial no transpor das esquinas e traveses. À medida que iam reconhecendo a trincheira relatavam para o chefe do grupo tudo aquilo que observavam¹¹⁰ ou caso não encontrassem IN gritavam “*limpa*”. Em seguida os granadeiros¹¹¹ do grupo avançavam até junto dos homens da frente e imediatamente lançavam granadas por cima dos traveses até atingirem o ramal seguinte. Antes dos atiradores com baionetas avançarem,

¹⁰² cf. PT/AHM/DIV/1/35/1216/4, Escola de Pelotão. Instruções provisórias.

¹⁰³ cf. PT/AHM/DIV/1/35/1216/4, C.E.P., 1ª Divisão, 23/III/918, Alguns princípios fundamentaes da defeza e ataque.

¹⁰⁴ Ver Anexo XIII.

¹⁰⁵ Assim que lançassem o assalto a artilharia, à hora ou por intermédio de sinais previamente coordenados, alongava o seu tiro.

¹⁰⁶ Podiam ser empregues sapadores mineiros para proceder à destruição de abrigos existentes.

¹⁰⁷ cf. PT/AHM/DIV/1/35/1216/4, Escola de Pelotão. Instruções provisórias. Para um maior esclarecimento ver RATO, Raul Frederico, “A organização e os dispositivos de combate de infantaria na Grande Guerra”, in *Revista Militar*, nº 12, Dezembro de 1919, pp. 730-737.

¹⁰⁸ cf. FREIRIA, Fernando, *op.cit.*, p. 103.

¹⁰⁹ Para estas missões todos os homens eram portadores de granadas de mão que seriam utilizadas na limpeza dos abrigos ou de focos de resistência.

¹¹⁰ Abrigos à direita ou à esquerda, trincheiras de comunicação, ninhos de metralhadoras, efectivos IN, etc.

¹¹¹ Granadeiros do grupo eram os granadeiros de mão e os de espingarda.

esperavam por indicações do chefe de grupo que observava os efeitos provocados por intermédio do periscópio. Sempre que surgia uma nova trincheira de ligação o chefe do grupo destacava para o seu ataque os homens que seguiam na cauda do pelotão.

4.3 – A INFANTARIA NA DEFESA

Rato¹¹² refere que cada pelotão ocupava, no máximo, dois postos da linha A sendo um reforçado com uma metralhadora ligeira. O efectivo das secções era reduzido ao mínimo capaz de garantir uma sentinela. Normalmente, cada posto na linha A era guarnecido, de dia por uma sentinela e de noite por duas, contudo salvo raras excepções poderiam ser constituídas sentinelas com efectivo superior. Os homens que guarneciam os postos podiam ser utilizados indiferenciadamente como atiradores ou granadeiros, uma vez que para o serviço levavam sempre granadas de mão e a sua arma. O remanescente do pelotão era empregue em patrulhas e no restante serviço de trincheira.

Por sua vez Freiria¹¹³ pormenoriza o modo de emprego dos granadeiros e das metralhadoras ligeiras. Para o autor, os granadeiros deveriam permanecer na primeira linha, sempre que o seu alcance permitisse atingir a primeira linha IN. Não se verificando essa oportunidade, a sua melhor posição seria em postos especiais na trincheira de apoio muito próximo das trincheiras de comunicação.¹¹⁴ Acrescenta, ainda, que na existência de crateras, produzidas pelos rebentamentos dos projecteis dos morteiros ou pela artilharia, que constituíssem ângulos mortos para as suas espingardas e metralhadoras, deveriam ser constituídos postos de granadeiros junto dessas escavações. Estes postos deveriam ser ligados à primeira linha por *sapas* devidamente camufladas, a fim de baterem os espaços mortos referidos e impedirem o avanço dissimulado dos granadeiros IN.

As metralhadoras ligeiras empregavam-se como auxiliares das metralhadoras pesadas, contribuindo ambas para o apoio da restante infantaria. Batiam os pontos que as metralhadoras pesadas das suas posições não conseguissem bater ou que, por razões tácticas não fosse vantajoso o seu emprego.¹¹⁵ Para se tirar o máximo rendimento da arma, devia ser utilizada de flanco, a fim de garantir o enfiamento sendo o tiro feito por rajadas de cinco a seis munições, após o que se

¹¹² cf. RATO, Raul Frederico, “A organização e os dispositivos de combate de infantaria na Grande Guerra”, in *Revista Militar*, nº 12, Dezembro de 1919, p. 736.

¹¹³ cf. FREIRIA, Fernando, *op.cit.*, p. 106.

¹¹⁴ Estes postos de granadeiros deveriam ser colocados a cerca de 20 metros à retaguarda da linha A.

¹¹⁵ Veja-se a este respeito PT/AHM/DIV/1/35/1216/4, instruções para as secções de metralhadoras ligeiras (Lewis).

procedia ao reajuste da pontaria.¹¹⁶

4.4 – RAIDS

No entanto, de um modo geral, o raid¹¹⁷ foi o tipo de operação mais utilizado por parte do CEP durante o seu tempo de permanência na frente de batalha. Como dizia o General Gomes da Costa “O verdadeiro papel da infantaria na guerra de trincheiras, é *manter-se*, inquietando o inimigo com raids nos pontos onde a proximidade das linhas o permite, esperando a hora em que a destruição das trincheiras adversas pela sua artilharia [portuguesa] permite delas se apoderar.”¹¹⁸ Os seus objectivos eram normalmente a captura de prisioneiros de guerra para recolha de informações, a identificação de possíveis alvos para a artilharia, a destruição de abrigos e ninhos de metralhadoras e infligir o maior número de baixas ao IN. Contudo, muitas vezes, o raid servia para despertar o espírito ofensivo das tropas desmoralizadas pela sua constante atitude defensiva.¹¹⁹ O raid era uma operação que carecia de um planeamento minucioso. O seu projecto era da responsabilidade do comandante de Brigada ou mesmo de batalhão sendo superiormente aprovado pelo comandante de Divisão.¹²⁰ O ano de 1918, até dia 8 de Abril, foi o período em que ocorreram o maior número de raids. Porém, raids portugueses com sucesso apenas se destacam o de 9 e de 19 de Março e o de 2 de Abril.¹²¹ A particularidade destes raids assenta no facto de todos eles terem sido de efectivo de companhia e reforçados com elementos de engenharia como preconizava os ensinamentos colhidos pelo XI Corpo britânico,¹²² ao passo que os restantes, de efectivo inferior, pautaram pelo fracasso.¹²³

¹¹⁶ cf. COSTA, Artur Elias da, *A Análise Tática da Batalha...*, pp. 36-38. Ver Anexo XIV.

¹¹⁷ “Ataque de surpresa, levado a efeito geralmente por uma força de reduzido efectivo sem que tal ataque vise, no entanto, à conquista da zona afectada”, SOARES, V. H. Varela; ADELINO, E. A. Neves, *op.cit.*, p. 423.

¹¹⁸ COSTA, Gomes da, *op.cit.*, p. 235.

¹¹⁹ cf. COSTA, Gomes da, *op.cit.*, p.282.

¹²⁰ Ver Anexo XV. Veja-se a este respeito: COSTA, Gomes da, *op.cit.* pp. 286-312 e FREIRIA, Fernando, *op.cit.*, pp. 223-233.

¹²¹ Veja-se a este respeito: PT/AHM/DIV/1/35/144/177, Relatório do raid efectuado por infantaria 2; PT/AHM/DIV/1/35/144/166, Relatório sobre o raid de 8/9 de Março de 1918 executado por infantaria 21; ATHAYDE, Mello E., “um raid”, in *Revista Militar*, nº 6 e 7, Junho e Julho de 1919, pp. 444-449.

¹²² PT/AHM/DIV/1/35/311, Nota nº 15, Extracto de “Ensinamentos” resultantes dos raids executados na frente do XI Corpo até Dezembro de 1916.

¹²³ Veja-se a este respeito MARTINS, Ferreira, *História do Exército Português*, pp. 523-526. Ver Anexo XVI.

CAPÍTULO 5 – A ARTILHARIA

5.1 – CONTEXTUALIZAÇÃO

A artilharia de campanha do CEP estava organizada de forma a dotar cada Divisão com um certo número de grupos a três baterias de peças de 7,5 cm, de tiro tenso, material francês e uma bateria de peças de obuses de 11,4 cm, material inglês.¹²⁴ Ficavam posicionadas, à retaguarda da linha das Aldeias, em abrigos devidamente preparados e camuflados, com as baterias, as secções ou mesmo as peças disseminadas pelo terreno, com o propósito de reduzir as probabilidades de serem atingidas pelo fogo de contra-bateria IN.¹²⁵ Este dispositivo apesar de garantir uma maior segurança dificultava a ligação entre as baterias, que na ocorrência de bombardeamentos IN¹²⁶ seria assegurada por estafetas ciclistas.¹²⁷ Cada bateria dispunha de um ou mais postos de observação, telefonicamente ligados aos comandos respectivos e ao posto central de observação da artilharia. Os postos de observação eram normalmente colocados na frente junto da infantaria em primeira linha ou mesmo em posições devidamente dissimuladas fora das trincheiras para regular o tiro. Durante o dia, os postos estavam sempre guarnecidos por um oficial, ficando à noite um oficial de artilharia como oficial de ligação¹²⁸, junto de cada comando de batalhão, para o orientar no emprego adequado da artilharia. Cada boca-de-fogo tinha um sector de S.O.S¹²⁹ atribuído, para cuja *linha de zeros*¹³⁰ estaria permanentemente apontada, sempre que não estivesse empenhada em qualquer outra missão. A dotação normal de munições para as baterias era de 400 tiros por peça e de 244 tiros por obus.¹³¹

5.2 – A ARTILHARIA NO ATAQUE

Embora os fogos de preparação fossem normalmente atribuídos à artilharia pesada a

¹²⁴ Embora existisse artilharia pesada, esta parte do trabalho, retrata unicamente a artilharia de campanha. Veja-se a este respeito *C.E.P., I – Organização...*, pp. 58-61. Ver Anexo XVII.

¹²⁵ Ver Anexo XVIII.

¹²⁶ As comunicações eram normalmente cortadas durante os bombardeamentos IN.

¹²⁷ cf. “Emprego da Artilharia na Guerra de Trincheira”, in *Revista Militar*, nº 6, Junho de 1917, pp. 412-418.

¹²⁸ Devia ter o completo conhecimento das várias missões que as unidades do seu agrupamento tinham que desempenhar, e bem assim das suas disponibilidades em munições para melhor julgar as suas possibilidades, e para, em caso de necessidade, informar a infantaria. cf. TRÉGUIER, *O que a Infantaria deve saber da Artilharia*, p.113.

¹²⁹ Era a faixa de terreno sob a sua responsabilidade de defesa, para a qual o posto de observação das baterias estava orientado.

¹³⁰ “Direcção origem à qual se referem todas as medidas angulares realizadas na zona de observação. Esta direcção é materializada pelo local do Posto de Observação e por um ponto notável no terreno, convenientemente afastado por Ponto de Referência”, SOARES, V. H. Varela; ADELINO, E. A. Neves, *op.cit.*, p.68.

¹³¹ cf. PT/AHM/DIV/1/35/581, Plano de defesa do Grupo da esquerda da 2ª Divisão do C.E.P. Também sobre este assunto ver FREIRIA, Fernando, *op.cit.*, pp. 129-137.

artilharia de campanha, que estava em estreita ligação com ela, colaborava numa primeira fase antes de se alongar o tiro. O objectivo principal deste bombardeamento era preparar o ataque da infantaria, demolindo trincheiras e trabalhos de defesa do IN, destruindo os obstáculos de arame farpado e outros que impedissem o avanço das tropas de assalto, produzindo baixas e perdas nas guarnições das trincheiras inimigas, obstruindo ou cortando as trincheiras de comunicação a fim de impedir a chegada de reforços ou reabastecimentos e, finalmente, anulando a artilharia inimiga.¹³²

De um modo geral, o ataque desencadeava-se desta forma: a artilharia de campanha começava a fazer os fogos de preparação para obrigar o adversário a abrigar-se; a infantaria iniciava o lanço, sempre à distância de segurança do fogo da artilharia, até ficar a 50 metros antes do seu alongamento.¹³³ À hora previamente determinada a artilharia alongava a barragem e a infantaria lançava o assalto à primeira linha de trincheiras.¹³⁴

A duração da barragem dependia do número de objectivos a conquistar. Quando só existia um, a barragem depois de alcançado o objectivo, continuava a actuar até cerca de 300 metros à retaguarda das trincheiras que estavam a ser atacadas. Esta distância era necessária para permitir a colocação dos postos avançados, destinados a cobrir os trabalhos da consolidação. A barragem mantinha-se activa àquela distância e ia gradualmente diminuindo a intensidade dos seus fogos, cessando quando a infantaria confirmasse a consolidação do objectivo. Caso existisse um segundo objectivo fazia-se uma pausa, previamente estabelecida, de modo a possibilitar que as forças destinadas ao seu assalto se colocassem em posição. Uma vez pronta, de acordo com a hora planeada, a barragem alongava novamente.¹³⁵

5.3 – A ARTILHARIA NA DEFESA

Em caso de um ataque IN, a artilharia prestava apoio à infantaria, consoante o plano defensivo da Divisão, que em traços gerais seguia as seguintes normas: o sinal de S.O.S era

¹³² O indispensável trabalho de contra-baterias, tanto neste período como no decurso de todo o combate ofensivo, normalmente ficava a cargo da artilharia pesada.

¹³³ De modo a que o tempo que medeia entre o assalto e o avanço da barragem não permitisse que o IN guarnecesse as suas posições.

¹³⁴ A barragem não saltava de trincheira em trincheira. Avançava progressivamente, de modo a bater todo o terreno, a fim de atingir as metralhadoras ou mesmo atiradores que estivessem colocados em crateras por detrás das trincheiras. Em caso de raid, a barragem, formava uma espécie de U sobre o objectivo a assaltar.

¹³⁵ cf. PT/AHM/DIV/1/35/581, Plano de defesa do Grupo da esquerda da 2ª Divisão do C.E.P. Também sobre este assunto ver FREIRIA, Fernando, *op.cit.*, pp. 129-137.

unicamente transmitido pela infantaria aquando do assalto da infantaria IN;¹³⁶ feito o sinal de S.O.S.¹³⁷ as baterias para o qual o sinal tinha sido feito, abriam imediatamente fogo sobre a *Terra de Ninguém* e à frente dos obstáculos de arame farpado;¹³⁸ a cadência normal de tiro era de quatro tiros por peça/minuto, durante os primeiros dez minutos, findo os quais, a cadência passava para metade até ser dada a ordem de cessar-fogo ou à repetição do sinal de S.O.S pela infantaria. Desta forma, passava-se ao regime de quatro tiros por peça/minuto, durante cinco minutos, findo os quais o regime passava para um tiro por peça/minuto; as baterias de obuses cooperavam nos S.O.S. fazendo o seu tiro sobre as trincheiras amigas, caso fossem conquistadas pelo IN, a uma velocidade de tiro de cerca de metade das peças de tiro tenso. Por ocasião de ataques com granadas de gases asfixiantes efectuava-se tiro com granadas explosivas a uma velocidade de dois tiros por peça/minuto sobre as trincheiras da primeira linha IN até se esclarecer a situação.¹³⁹ Se o IN lançasse o assalto, passava-se a fazer o tiro prescrito para os casos normais de S.O.S.; Num bombardeamento violento avisavam-se as baterias para que estivessem prontas a repelir um raid e à ordem dos comandantes dos grupos, faziam-se as devidas represálias.¹⁴⁰

¹³⁶ O pedido de S.O.S. era feito directamente às baterias. Seguidamente, estas comunicavam-no ao comandante do grupo que, por sua vez, o transmitia às baterias que não tinham observado o sinal, aos grupos vizinhos e ao comandante da artilharia divisionária. Este último, por sua vez, comunicava-o aos Quartéis-Generais da sua Divisão, das Divisões vizinhas e ao da artilharia pesada.

¹³⁷ O sinal era dado pelo telefone ou através de sinais luminosos. As sentinelas de artilharia ficavam em alerta ao telefone e aos *verylights* durante toda a noite e tinham de testar as linhas telefónicas a cada meia hora. Ver Anexo XIX.

¹³⁸ Todas as outras baterias que pudessem ajudar ficavam prontas a fazer fogo aguardando ordens do sector atacado.

¹³⁹ O bombardeamento com granadas de gases tóxicos era normalmente um sinal de que o IN iria lançar um ataque, porém podia ser só para desorganizar ou desmoralizar o defensor.

¹⁴⁰ cf. PT/AHM/DIV/1/35/581, Plano Defensivo da 2ª Divisão do C.E.P., pp.15-19. Para mais pormenor ver na mesma cota, Plano de defesa do Grupo da esquerda da 2ª Divisão do C.E.P.

CAPÍTULO 6 – AS METRALHADORAS PESADAS

6.1 – CONTEXTUALIZAÇÃO

Em cada sector de Brigada existiam à disposição do respectivo Comandante do sector, para as necessidades de defesa imediata, e à disposição dos comandantes das Divisões, para todo o resto, um agrupamento de baterias de metralhadoras pesadas.¹⁴¹ Os grupos de metralhadoras pesadas, às ordens das Brigadas da frente, eram colocados em apoio dos batalhões em primeira linha. Os grupos na reserva ficavam, normalmente, agrupados para serem utilizados como um todo. Pelo seu extraordinário rendimento em combate, podiam colmatar as deficiências de efectivos das outras armas, especialmente as de infantaria.¹⁴²

O seu emprego na guerra de trincheiras era sempre igual, tanto na ofensiva como na defensiva, podendo fazer tiro directo por cima da infantaria, tiro indirecto¹⁴³ e tiro de barragem em colaboração com a artilharia. Embora as duas primeiras modalidades de fogo fossem de normal adopção, no que concerne à última, face ao reduzido número de metralhadoras comparativamente com o existente no Exército britânico, raramente se empregava. Na prática, era impossível fazer um fogo de barragem eficaz para a frente em virtude das metralhadoras existentes no CEP, além disso, uma barragem de flanco era desaproveitar o seu potencial uma vez que, além das 34 metralhadoras pesadas necessárias para o efeito, colocá-las dentro do sector era praticamente impossível fruto da configuração da primeira linha, deste modo, eram colocadas na retaguarda a bater uma zona e nunca toda a frente.¹⁴⁴

6.2 – AS METRALHADORAS NO ATAQUE

As metralhadoras em combate, dependendo do seu efectivo, constituíam dois ou três grupos: um primeiro grupo de metralhadoras que apoiava directamente a infantaria; um segundo grupo de metralhadoras como reserva táctica do batalhão, sob comando das Unidades em segundo escalão e um terceiro grupo de metralhadoras que era constituído pela reserva geral de metralhadoras sob as ordens do comando da Divisão.

¹⁴¹ Ver Anexo XX.

¹⁴² Veja-se a este respeito BEÇA, Adriano, *Lições da Grande Guerra*, p.139 e COUTO JUNIOR, Manuel, *Emprêgo Tático das Metralhadoras*, p. 104.

¹⁴³ O tiro indirecto nas metralhadoras pesadas era utilizado quando não era possível fazer fogo de flanco ou entre os intervalos das suas linhas, quando a arma não via o objectivo ou quando não tinha uma posição devidamente protegida e camuflada. Veja-se a este respeito COUTO JUNIOR, Manuel, *op.cit.*, pp. 67-73.

¹⁴⁴ cf. PT/AHM/DIV/1/35/579/7, Relatório sobre o emprego de metralhadoras pesadas na Defesa. Para um maior esclarecimento ver FREIRIA, Fernando, *op.cit.*, pp. 111-116.

Numa operação ofensiva as metralhadoras cobriam com o seu fogo o avanço da infantaria atacante, executando o tiro directo, indirecto e de barragem. Enquanto a infantaria iniciava o ataque, as metralhadoras em apoio, faziam fogo por cima das tropas de modo a isolar o objectivo. Se o assalto obtivesse sucesso, as metralhadoras do primeiro grupo avançavam até ao objectivo e consolidavam a posição agrupando de imediato ao centro ou à retaguarda os sobreviventes do assalto. Simultaneamente, o comando do batalhão mandava avançar a sua reserva táctica¹⁴⁵ de metralhadoras para uma nova posição de apoio. Se o assalto fosse mal sucedido, esta força serviria de apoio ao elemento de assalto possibilitando-o romper o contacto.¹⁴⁶ No caso de um ataque subsequente, as metralhadoras prestavam um apoio imprescindível uma vez que, as tropas de infantaria no decorrer do assalto poderiam sofrer inúmeras baixas e a artilharia necessitaria de muito tempo para se transportar até à nova posição e estar pronta para tiro.¹⁴⁷

A reserva geral de metralhadoras, embora só fosse realmente necessária em situações de defesa, podia ser utilizada em tiro indirecto para enervar, fatigar ou para fazer face a ocasiões inopinadas. Esta reserva, que podia não ser constituída por insuficiência de homens, era normalmente constituída por uma secção de cada batalhão, constituindo assim uma bateria a quatro armas, sob o comando da Divisão.¹⁴⁸

6.3 – AS METRALHADORAS NA DEFESA

O Comando das metralhadoras, face às directivas do plano geral do Comando, após coordenação com o comandante da artilharia, fazia o estudo do seu plano de defesa e determinava o seu fraccionamento e missões a atribuir às suas subunidades. A distribuição e colocação das metralhadoras pesadas dependia da natureza da posição, podendo ficar a apoiar os dois flancos, apenas um ou nenhum. A metralhadora a apoiar os dois flancos era, naturalmente, a maneira ideal de empregar a arma, contudo, fruto da missão, do terreno ou do efectivo essa disposição nem sempre foi possível. Como solução guardava-se apenas um flanco, normalmente o que era considerado como o mais perigoso, onde na eventualidade de um ataque, o IN penetrasse por ali. Noutras, não raras excepções, colocava-se a arma perto de um dos flancos a proteger o eixo de maior probabilidade de um ataque IN. Todas estas posições deviam ser cobertas, ficar afastadas

¹⁴⁵ Entrava em acção a segunda linha de metralhadoras pesadas.

¹⁴⁶ Veja-se a este respeito “Instruções para o emprego das metralhadoras no ataque”, in *Revista Militar*, nº 5, Maio de 1919, pp. 288-292 e *Revista Militar*, nº 8, Agosto de 1919, p.488-492.

¹⁴⁷ Veja-se a este respeito “emprego tactico das metralhadoras com a infantaria tanto na ofensiva como na defensiva”, in *Revista Militar*, nº 9, Setembro de 1907, pp. 638-645.

¹⁴⁸ cf. COUTO JUNIOR, Manuel, *op.cit.*, pp. 80-96.

de pontos facilmente referenciáveis e possuir posições secundárias ou alternativas que obedecessem ao plano geral de defesa.¹⁴⁹

À semelhança da ofensiva, as metralhadoras na defensiva eram dispostas em três grupos: um primeiro grupo em primeira linha, que apoiava os batalhões em primeiro escalão, ficando às suas ordens; um segundo grupo em segunda linha, que estava em pontos de apoio à retaguarda e um terceiro grupo de terceira linha, que eram as de barragem que cooperavam com a artilharia.¹⁵⁰

As metralhadoras do primeiro grupo eram empregues na defesa próxima, de modo a deter ataques aos postos avançados de posição, flanqueando-os de modo a impedir o seu envolvimento. O comandante do batalhão não se preocupava em distribuí-las em profundidade, uma vez que na retaguarda encontrar-se-iam mais metralhadoras, apenas colocava-as de acordo com a situação táctica do batalhão.¹⁵¹ A distribuição da frente a bater ficava sob a responsabilidade do oficial comandante das metralhadoras do primeiro grupo.

As metralhadoras do segundo grupo encontravam-se escalonadas à retaguarda em pontos de apoio¹⁵² e cooperavam com as do primeiro grupo na defesa da posição, quer batendo o terreno à sua frente, quer o seu interior na hipótese de retirada. Os seus objectivos eram os mesmos das metralhadoras do primeiro mais, dentro do seu alcance, as posições de artilharia inimiga e todas as vias de comunicação procurando impedir o avanço dos seus trens de combate.

As armas do terceiro grupo executavam barragens de tiro indirecto, cooperando em conjunto com a artilharia. As baterias encarregadas desta missão ficavam posicionadas, de preferência, sob o flanco ameaçado. A sua principal missão era deter a infantaria inimiga em conjunto com as suas reservas e facilitar o contra-ataque.¹⁵³

¹⁴⁹ Em todas as posições deveriam existir esboços de defesa, de modo a que o tiro fosse rapidamente executado sobre o alvo referenciado. Para maior esclarecimento ver PT/AHM/DIV/1/35/581, Plano de Defesa da Brigada que garante o Sector de Ferme Du Bois. Cooperação das Metralhadoras Pesadas n'este sector, II Parte.

¹⁵⁰ cf. COUTO JUNIOR, Manuel, *op.cit.*, pp. 99-117. Veja-se a este respeito PT/AHM/DIV/1/35/581, C.E.P., Plano Defensivo da 2ª Divisão. 3ª Parte – Emprego das Metralhadoras Pesadas.

¹⁵¹ Segundo a experiência inglesa, as metralhadoras deviam ser utilizadas na segunda linha, fora dos redutos da defesa geral, para não serem facilmente neutralizadas. cf. COUTO JUNIOR, Manuel, *op.cit.*, p. 116 e 130.

¹⁵² Eram constituídos por povoações ou ruínas, onde as metralhadoras estavam abrigadas e dispostas em profundidade, de modo a criar vários focos de resistência que retardassem o ataque do IN.

¹⁵³ cf. COUTO JUNIOR, Manuel, *op.cit.*, pp. 118-122.

CAPÍTULO 7 – A BATALHA DE 09 DE ABRIL DE 1918 – LA LYS

7.1 – SITUAÇÃO

A batalha de La Lys surge na continuação da grande ofensiva Alemã que teve início a 21 de Março de 1918 entre Croisilles e La Fere. O objectivo desta segunda ofensiva era penetrar na região do Lys, aproveitando o estado de fadiga da Divisão portuguesa e de elementos britânicos que tinham sido ali colocados para descansar, uma vez que este era tido como um sector teoricamente calmo.¹⁵⁴

“O Comando inglez parecia confiar nas condições topograficas do sector entre a LYS e o canal de LA BASSE, nas defesas organizadas nos flancos deste sector...” (...) “Por outro lado a existencia de uma região tão fortificada como a de LILLE, a fortaleza da defeza de LA BASSE e as condições topograficas do terreno em frente de neuve chapelle influíram de certo no comando inglez...”¹⁵⁵

Esta batalha ocorreu numa altura em que a segunda Divisão se encontrava subordinada ao XI Corpo de Exército britânico em determinação do acordo Luso-britânico, de 21 de Janeiro de 1918, que reduziu a uma Divisão o emprego das forças portuguesas na frente do sector, contudo, só em 6 de Abril de 1918, inesperada e unilateralmente, foi dada execução ao acordado em 21 de Janeiro.¹⁵⁶ Dada a maneira como a Divisão tomou conta de todo o sector português, anteriormente atribuído ao Corpo, o seu dispositivo era por assim dizer a sobreposição dos dois dispositivos da primeira e segunda Divisões. Por conseguinte, a frente que estava dividida em quatro sectores, segundo a ordem de operações nº 44 de 5 de Abril, passou a ser dividida em três: Ferme du Bois, Neuve Chapelle e Fauquissart. Para a sua defesa, após a insubordinação da segunda Brigada¹⁵⁷ que acabou por ser afastada, o dispositivo ficou assim constituído: quinta Brigada em Ferme du Bois; sexta Brigada em Neuve Chapelle; quarta Brigada em Fauquissart e terceira Brigada como reserva da Divisão. Perante o sucedido, a frente ficou sob a responsabilidade de três Brigadas da segunda Divisão ficando uma Brigada da primeira Divisão como reserva na linha das Aldeias.¹⁵⁸ O efectivo das três Brigadas na primeira zona de defesa era de 295 oficiais e 9 028 praças o que significava uma redução de cerca de 42% dos oficiais e de 28,8% nas praças. O efectivo da Brigada na linha das aldeias era de 89 oficiais e 3 590 praças o

¹⁵⁴ cf. COSTA, Gomes da, *op.cit.*, pp.142-153.

¹⁵⁵ PT/AHM/FP/51/3/858/7, relatório sobre a acção do CEP, 1919.

¹⁵⁶ Ver Anexo XXII

¹⁵⁷ Este episódio aconteceu com a Infantaria 7 que recusou regressar à primeira linha. Ver Anexo XXI.

¹⁵⁸ Ver Anexo XXIII.

que significava uma redução de cerca de 48% dos oficiais e de 20% nas praças.¹⁵⁹

Segundo o General Tamagnini, mesmo que o efectivo estivesse completo não daria para seguir o plano de defesa e as instruções verbais do comandante do XI Corpo de Exército britânico – “*morrer na linha B*”.¹⁶⁰

Contudo, ciente do cansaço e desmoralização das tropas portuguesas, o Comando britânico, no dia 8 de Abril, ordenou a rendição da segunda Divisão portuguesa entre os dias 9 e 10 de Abril.¹⁶¹

Se é certo, que a Brigada em reserva tinha a obrigação de reconhecer as suas novas posições¹⁶², mais verdade é, que um dos momentos de maior fragilidade das tropas em campanha é o da sua rendição, porque as que retiram têm de recolher todo o material e armamento, desviando a sua atenção das tarefas inerentes à defesa e as que assumem as novas posições não têm tempo de se adaptar à nova situação, nem têm instaladas as armas e equipamentos.

Perante isto, foi neste ponto crítico que a segunda Divisão teve de enfrentar o ataque de oito Divisões alemãs.

7.2 – A BATALHA

Eram 04h15m quando a artilharia alemã iniciou a sua preparação sobre todo o sector português. Foi um bombardeamento violento que não poupou nada, indo desde as primeiras linhas à sede dos comandos mais recuados. Se, por um lado, as guarnições dos Quartéis-Generais da Divisão e do Corpo estranharam a sua violência, as tropas que estavam na frente de combate aceitaram-na como represália do ataque de artilharia efectuado na véspera.

A terceira Brigada tinha saído do sector de Neuve Chapelle na madrugada de 7 de Abril para ir constituir-se como reserva da Divisão na linha das aldeias. Entretanto, como já foi dito, a indicação da rendição para a manhã de dia 9 de Abril obrigou ao cancelamento dos reconhecimentos em virtude dos preparativos para a rendição, daí, ao iniciar-se o combate a Brigada, por desconhecimento dos itinerários e dos postos a ocupar, não conseguiu na sua maioria atingir a linha das Aldeias. No entanto, importa salientar a acção do B.I 15 que durante o deslocamento fragmentou-se indo, uma parte, instalar-se em Le Hamel (na área da 55 Divisão

¹⁵⁹ cf. PT/AHM/FP/51/3/858/7, relatório sobre a acção do CEP, 1919.

¹⁶⁰ PT/AHM/FP/51/3/858/7, relatório sobre a acção do CEP, 1919.

¹⁶¹ Esta ordem de rendição só dizia respeito às unidades de infantaria, devendo continuar nas suas posições as unidades de artilharia.

¹⁶² cf. COSTA, Gomes da, *op.cit.*, pp. 278-285.

inglesa), ficando à frente das forças britânicas até à manhã do dia 11 de Abril, outra parte, foi instalar-se em Lacouture junto do B.I 13 resistindo heroicamente até à manhã do dia 10.

Logo após os primeiros minutos de bombardeamento as ligações telefónicas com os batalhões da frente, Brigadas laterais e Comandos à retaguarda foram cortadas quase simultaneamente, situação nunca antes sucedida que, na opinião de Mardel, terá sido fruto de espionagem.¹⁶³ Cerca das 05h30m o Comando da quarta Brigada ordenou o avanço da terceira companhia que se encontrava em reserva, contudo, sem qualquer resultado. Pelas 08h00, já com o seu Q.G a ser atingido pela artilharia alemã, coordenou a retirada dos seus B.I 20 e 29 para as trincheiras de Lavantie. Por volta das 11h30m, dado que não teve qualquer resposta ao pedido de reforços feito à Brigada inglesa de Nouveau Monde, chefiou a retirada do remanescente das guarnições por La Gorgue.

O Comando da quinta Brigada viu-se logo após os primeiros minutos de bombardeamento, impossibilitado de comunicar telefonicamente quer para a frente, quer para a retaguarda. Às 07h30m expediu ordem ao B.I 4, em apoio e B.I 13, em reserva, para reforçarem os B.I 10 e o 17. Todavia, em vez de reforçar a linha da frente, o 13 e o 4, motivados pelo forte bombardeamento IN ou pelo desconhecimento das posições que deviam ocupar, vão abrigar-se por diferentes pontos de Lacouture. Cerca das 10h30m, já com o B.I 17 e B.I 10 destruídos, iniciou-se o bombardeamento a Lacouture que, por volta das 12h00 se viu completamente cercada. “Ao meio dia em ponto [do dia seguinte], depois de sofrerem o bombardeamento durante 32 horas e o fogo da infantaria durante 24, terminou a rendição [...]”¹⁶⁴

Por volta das 04h40m, já sem ligações telefónicas, o Comando da sexta Brigada expediu a ordem ao B.I 11 em apoio e ao B.I 5 em reserva para reforçarem a linha B, no entanto, devido à forte barragem da artilharia alemã, as duas Unidades fragmentaram e dispersaram. Pelas 12h00, já sob fogo IN, o Q.G que tinha decidido não retirar acabou, naturalmente, por ser aprisionado.¹⁶⁵

A acção da artilharia do sector português foi praticamente inócua perante a capacidade alemã, ficando mesmo aquém das suas possibilidades, segundo a opinião do General Gomes da Costa.¹⁶⁶

A acção das metralhadoras também foi praticamente inofensiva perante o potencial alemão, contudo, destaca-se a acção do destacamento de metralhadoras sob o Comando do alferes

¹⁶³ cf. MARDEL, Eugénio, *A Brigada do Minho...*, p. 85. Veja-se, ainda sobre a acção das Brigadas, PT/AHM/DIV/1/35/144/180, 2ª Divisão combate de 9 de Abril de 1918.

¹⁶⁴ MAGNO, David, *op.cit.*, p.173.

¹⁶⁵ cf. MAGNO, David, *op.cit.*, pp. 120-129.

¹⁶⁶ cf. COSTA, Gomes da, *op.cit.*

Antunes, que por iniciativa do Comandante do B.I 15 se instalou em Lacouture, contribuindo assim para a notável resistência.¹⁶⁷

Segundo Fraga, o balanço do ataque alemão saldou-se num recuo das forças aliadas e numa desestabilização da frente até dia 30 de Abril. Não se podem nem se devem imputar qualquer tipo de responsabilidades aos portugueses, uma vez que a segunda Divisão suportou estoicamente, e no limite das suas possibilidades, o embate dum imponente ataque, bem planeado e melhor executado, cuja finalidade era, escolhendo o elo mais fraco, destruir toda a cadeia defensiva dos Aliados e não só o sector português.¹⁶⁸

¹⁶⁷ cf. MAGNO, David, *op.cit.*, pp. 120-129.

¹⁶⁸ cf. FRAGA, Luís M. Alves de, “A participação de Portugal na Grande Guerra”, in *História contemporânea de Portugal. Primeira República II*, dir. João Medina, pp.34-50.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegados aqui, podemos sistematizar um conjunto de princípios fundamentais que decorreram da análise da nossa problemática, permitindo desse modo responder às questões colocadas no início do trabalho. Desde logo detectamos uma lacuna no dispositivo tático adoptado, pelo Comando do CEP, em função da dimensão do sector atribuído. Inicialmente o sector tinha uma extensão de, aproximadamente, 18km, abrangendo quatro sectores de Brigada: Ferme Du Bois, Neuve Chapelle, Fauquissart e Fleurbaix. Contudo, o Comando britânico reconhecendo que a frente atribuída ao CEP, enquanto Corpo de Exército, era demasiado extensa, reduziu o sector para aproximadamente 11km, retirando-lhe o sector de Fleurbaix, mais a norte. No entanto, o Comando português, para manter o mesmo esquema tático criou um novo sector entre Fauquissart e Neuve Chapelle que passou a ser conhecido por Le Chapigny. Cada Divisão colocava duas Brigadas em primeira linha, deixando uma terceira à retaguarda. Ficavam assim, quatro Brigadas desenvolvidas na frente, a guarnecer a primeira zona de defesa, permanecendo as restantes duas à retaguarda, na segunda zona de defesa a constituir a reserva da Divisão. Como consequência disso o dispositivo ficava fragilizado, uma vez que numa terceira zona de defesa deveria existir uma reserva de Corpo, normalmente de escalão Divisão, para fazer face às exigências do desenrolar da guerra. Posteriormente, o Comando português, apercebendo-se dessa lacuna, como solução de recurso deslocou dois batalhões das duas Brigadas que estavam em segunda linha, para constituírem a reserva do Corpo, o que era visivelmente insuficiente. Esta reserva *ad-hoc*, nunca poderia servir eficazmente, pois para ser considerada como uma reserva Divisionária teria de ser constituída pelo menos por seis batalhões, mínimo de 25% da força total, e tinha de estar longe dos fogos da artilharia inimiga. Ora vejamos, cada sector de Brigada estava dividido em dois subsectores de batalhão, num total de oito, cada um com uma frente que oscilava entre os 1 000 a 1 200 metros. Fazendo alguns cálculos, e assumindo que cada batalhão cobria 1 200 metros, constatamos que só colocando no mínimo nove batalhões em primeira linha, o que equivalia a uma frente de 10 800 metros, é que seria possível guarnecer os 11km atribuídos, contrastando assim o modelo adoptado. Sobravam seis batalhões, que eram insuficientes para, constituir o apoio na Linha C e a reserva da Brigada perto da linha das Aldeias. Face ao exposto, consideramos que o sector, mesmo com 11 km, era demasiadamente extenso para a força se poder manter numa acção decisiva.

Fundamentalmente estamos convencidos de que, em parte, isto resulta da adopção do sistema de defesa britânico, em detrimento da distribuição das forças proporcionalmente ao seu

efectivo. Atendendo à organização defensiva do sector, consideramos que uma distribuição mais ponderada das forças pelo sector português poderia ter sido encontrada, se a adaptação inicial do CEP aos moldes britânicos, mais numeroso em efectivos, não tivesse, porventura, subjogado iniciativas inteligentes do Comando português. Posto isto, julgamos que este deveria ter optado por dividir o seu sector em três subsectores de Brigada em detrimento dos quatro. Na verdade ficava uma Divisão à frente a guarnecer a primeira zona de defesa ficando a segunda em apoio e reserva. Em cada subsector colocava duas Brigadas, uma à frente e outra à retaguarda em reserva, escalonadas em profundidade entre si. A Brigada na primeira zona defensiva dispunha de três batalhões em primeira linha, respeitando desta forma os nove batalhões necessários para guarnecer toda a frente do sector, ficando o quarto em apoio na linha C. A Brigada em reserva ficava com três batalhões junto à linha das Aldeias e um quarto, na linha do Corpo, a constituir a reserva geral. Com este dispositivo, as Divisões funcionariam de um modo independente e sem grandes fragmentações entre si o que facilitaria o processo de rendição. Contudo, importa lembrar que este dispositivo não iria revolucionar os factos, uma vez que o sector continuaria a ser extenso, todavia, julgamos que poderia atenuar o problema da rotação das forças.

No essencial esta visão vem discordar da concepção avançada pelo General Adriano Bessa.¹⁶⁹ O autor, colocava apenas uma Brigada de cada Divisão à frente na primeira zona de defesa, a qual destinava três batalhões para guarnecer as linhas A e B, reservando o quarto batalhão para o apoio imediato da Brigada, na linha C. As segundas Brigadas, na linha das Aldeias, constituíam as reservas das respectivas Divisões, enquanto as terceiras Brigadas, na linha do Corpo, constituíam a reserva geral às ordens directas do Comandante do Corpo. Deste modo, parece ser visível que a adopção deste dispositivo resolveria, teoricamente, a lacuna no dispositivo. No entanto não é isso que nos parece. Acreditamos sim que, na prática, essa medida seria um erro. Um erro porque, como anteriormente vimos, seria impossível guarnecer uma frente de 11 km com apenas 6 batalhões. Deste modo, a frente ficaria vulnerável a infiltrações ou a envolvimento por parte do adversário. Por outro lado, porque aquando de um ataque IN e estando as forças tão afastadas entre si, dificilmente a reserva chegaria à frente sem ser desorganizada pelos fogos da artilharia alemã.

Agora, observando a distribuição dos batalhões em primeira linha, percebemos que colocavam duas ou três companhias na linha A e uma ou duas na linha B, o que no seu total perfazia 16 ou 24 companhias em primeira linha e 16 ou 8 em segunda linha. Atendendo a que a

¹⁶⁹ cf. BESSA, Adriano, *op.cit.*, pp.164-167.

primeira linha era essencialmente uma linha de observação e tendo ela más posições de combate e trincheiras em mau estado de conservação, entendemos como perfeitamente normal reduzir o efectivo nesta linha de modo a reforçar a linha B que era a linha de resistência dos postos avançados.¹⁷⁰ Genericamente, cada um dos três batalhões em primeira linha destacaria uma ou duas companhias para a linha A e mantinha duas ou três companhias na linha B, o que no seu total integrava 9 ou 18 companhias em primeira linha e 18 ou 27 em segunda linha. Com esta alteração a linha B passaria a dispor, permanentemente, de 18 companhias enquanto no dispositivo adoptado só teriam 16 companhias no máximo o que não dava para fazer dessa linha a principal linha de resistência. Estas alterações, que não são muito decalques, vão significar pois, no contexto dos combates de infantaria, uma subtracção do número de combatentes feitos prisioneiros aquando de patrulhas de combate ou de raids alemães.¹⁷¹

Para além disso, equacionando a possibilidade das 12 metralhadoras pesadas adstritas aos três batalhões da frente ficarem ao longo da linha B e C, julgamos que seria uma forma de poupar homens de infantaria na frente aumentando-os assim à força de contra-ataque. Na verdade, ter uma força de contra-ataque forte em metralhadoras pesadas, face à sua reduzida mobilidade, julgamos não ser profícuo, optaríamos antes por aumentar o poder de fogo na frente e consequentemente a indispensável mobilidade da reserva. Consideramos esta medida válida por quatro razões: primeiro porque este sector era tido como um sector com poucas probabilidades de ocorrer uma grande ofensiva; depois com as metralhadoras existentes no CEP era impossível fazer um fogo de barragem eficaz para a frente; a sua multiplicação era fundamental para garantir o moral das forças em primeira linha; finalmente porque era uma maneira de colmatar o reduzido efectivo da infantaria. Deste modo, seria uma maneira da infantaria e das metralhadoras pesadas colmatarem as suas deficiências. Por tudo isto, parece-nos com este mecanismo, existindo uma escala de rotação pelas respectivas zonas de defesa, seria possível dar mais tempo de descanso às tropas poupando-as de certa maneira às agruras das linhas A e B.

Debruçando-nos agora pelas questões defensivas dentro do sector, reparamos que as posições defensivas existentes e que o Corpo Expedicionário Português foi guarnecer já se encontravam anteriormente delimitadas pelo Exército britânico. A sua construção tinha sido, de

¹⁷⁰ Era desta forma que procediam os alemães. Veja-se a este respeito PT/AHM/DIV/1/35/144/177, Relatório sobre destruição abrigos linhas inimigas (18-6-918).

¹⁷¹ Veja-se a este respeito: PT/AHM/DIV/1/35/144/165, Relatório sobre a acção da infantaria 15; PT/AHM/DIV/1/35/144/167, Relatório combate de 12 de Março de 1918; PT/AHM/DIV/1/35/144/179, Relatório combate de 14 de Março de 1918; PT/AHM/DIV/1/35/144/183, Relatório sobre o Raid alemão contra Chapigny em 2 de Março 1918.

certa forma, condicionada pelos alemães, contudo, a sua convicção de que a guerra terminaria rapidamente e essencialmente pela sua visão de que em combate só se podia ter uma postura constantemente ofensiva, implicou uma certa descara nesta matéria. Perante o sucedido, o resultado é que os portugueses foram essencialmente guarnecer posições já estabelecidas e algumas delas sem grandes cuidados defensivos. Para se procederem a qualquer espécie de construções era imperativo, fruto da observação directa e indirecta alemã, que estas fossem efectuadas de noite ou de uma forma dissimulada provocando assim a demora na execução do trabalho. A manutenção das posições da primeira linha, responsabilidade da infantaria, constituía outro problema pelo facto de que não existiam homens especializados para a realização dessas tarefas, para além de que os trabalhos nessa linha eram feitos sob uma tremenda pressão, daí a insistência do General Gomes da Costa em querer dotar as companhias de infantaria com uma secção de sapadores mineiros. Só a engenharia é que tinha a capacidade de efectuar grandes trabalhos, normalmente à retaguarda, consumindo muitos recursos e mão-de-obra. Deste modo, parece ser evidente que a adopção do mesmo esquema defensivo britânico foi inevitável. Porém, não é isso que nos parece. A escolha duma posição defensiva deve permitir a economia de forças destinadas à sua guarnição e defesa, em proveito do acréscimo do seu poder ofensivo.

Assim sendo, apesar de vagamente, indo de encontro à ideia anteriormente referida, julgamos que se a prioridade de trabalhos da engenharia tivesse sido dada às companhias em primeira linha, talvez fosse possível aumentar o grau de resistência da primeira zona defensiva. A nossa tomada de posição é consubstanciada no alvitre do General Gomes da Costa, em dotar elementos de sapadores mineiros às companhias de infantaria, partindo do pressuposto que para se fazer uma sugestão desta natureza era porque estariam reunidas as condições necessárias.¹⁷² Deste modo, consideramos que uma nova organização defensiva ao longo da linha B valorizada com acessos até à linha C poderia ter sido adoptada.¹⁷³ Esta avaliação tinha uma dupla valência na medida em que, por um lado, tinha o dom de reduzir alguma carga às forças em primeira linha permitindo canalizar o seu esforço nas tarefas defensivas, por outro lado, iria reduzir o depauperamento físico decorrente da sua estadia na primeira zona defensiva.

¹⁷² cf. COSTA, Gomes da, *op.cit.*, p. 272.

¹⁷³ Para abrigos de construção rápida eram necessários 4 sapadores mineiros e 12 homens de infantaria. A duração do trabalho era de 18 horas. No caso de abrigos de cimento armado eram necessários 6 sapadores mineiros e 12 homens de infantaria. O tempo de trabalho era sensivelmente 14 dias. Veja-se a este respeito respectivamente: PT/AHM/DIV/1/35/311, Tipo de abrigo de construção rápida; ainda na mesma cota, nota nº 42, Exemplo de rápida construção de um abrigo de cimento armado; nota nº 48, Emprego do cimento armado na construção de "*dug-outs*."

Consideramos também que uma outra disposição da segunda zona defensiva fosse plausível. No essencial essa visão é partilhada por Magno¹⁷⁴, pouco interessado pela doutrina inglesa, antes sim pela maximização das qualidades defensivas do terreno. Segundo o mesmo autor, na doutrina inglesa, rígida por natureza, a ordem de retirar não existia. Todavia, para Magno, esta sempre foi uma acção táctica tão regulamentar como a de avançar. Toda a defesa deve recuar, quando não pode parar o choque ou se vê ameaçada pelos flancos e pela retaguarda, salvo a de certos pontos fortes, de apoio ou de resistência. Daqui resulta, a ideia de que deveria existir defesas preparadas e depósitos de munições ao longo do canal e ribeira Lawe, maximizando-os como obstáculos naturais de forma a barrar o avanço das tropas inimigas.

Posto isto, fazendo a ponte para a batalha de La Lys, parece natural aceitar-se a ideia do General Gomes da Costa de que, era humanamente impossível fazer-se mais.¹⁷⁵

Segundo as perspectivas de uma historiografia mais tradicional o principal motivo do esmagamento da segunda Divisão portuguesa foi o seu reduzido efectivo associado ao depauperamento físico e moral decorrentes duma excessiva permanência em sector. Outros há, que justificam o sucedido com a acção insuficiente da terceira Brigada em reserva motivado em si pela ordem de rendição para a manhã seguinte. Este alargar de perspectivas nunca em momento algum implica a desvalorização de qualquer das referidas motivações *de per si*. No entanto, parece-nos que, apesar de acompanhada, isto resulta, em boa verdade, da falta de um plano de defesa adequado ao efectivo português.¹⁷⁶

Segundo o critério do General Haking, comandante do XI Corpo britânico em 9 de Abril de 1918, a Divisão portuguesa devia morrer na linha B, até à chegada de reforços. Esta medida radical, embora contemplada nos códigos da honra e da virtude portuguesa, já ficou demonstrada, ao longo da História e fruto da particularidade da condição humana, como uma missão de difícil execução. Ora, rompidas as linhas pela superioridade numérica e moral, depois de um prévio bombardeamento desumano e esboçados os movimentos envolventes da infantaria, a retirada era imperiosa. No entanto não foi isso que se verificou. Esta tomada de posição das tropas da frente que, ao sentirem-se desamparadas ou envolvidas, fez com que se rendessem ou retirassem em debandada abalando, deste modo, a condição de resistência das tropas à retaguarda. Posto isto, consideramos que era essencial existir um plano de contingência que ultimasse uma ruptura de combate coordenada e sincronizada até às defesas na retaguarda, visto que, uma ofensiva alemã,

¹⁷⁴ cf. MAGNO, David, *op.cit.*, pp. 264-268.

¹⁷⁵ cf. COSTA, Gomes da, *op.cit.*, p.229.

¹⁷⁶ cf. MAGNO, David, *op.cit.*, pp. 264-268.

conduzida naquelas condições, só seria possível detê-la à retaguarda e nunca na linha B como tinha sido superiormente determinado. Consideramos esta medida válida por três razões: primeiro, seria possível reduzir o número de combatentes capturados e desde logo subtraídos à ulterior linha de resistência; era uma forma de evitar a debandada geral das forças que, de certo modo, contribuía para o esmorecimento dos que lhes rodeavam; finalmente, vindo a tropa enquadrada para posições de alternativa, devidamente supridas de munições, seria uma forma de aproveitar ao máximo estes homens, sobrevalorizados pelo espírito ofensivo.

Terminando e insistindo na ideia que, todas as visões decorrentes da nossa análise tiveram o seu momento próprio na História, estamos certos que tais desígnios residiram sempre no ideal português, contudo, provavelmente, salvariam grandemente as aparências mas nunca a realidade da derrota.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

Documentação manuscrita

Arquivo Histórico Militar:

I Divisão, 35ª Secção, Caixa 144:

- Pasta 165, Relatório sobre a acção de infantaria 15.
- Pasta 166, Relatório sobre o raid de 8/9 de março de 1918 executado por infantaria 21.
- Pasta 167, Relatório combate de 14 de Março de 1918.
- Pasta 177, Relatório do raid efectuado por infantaria 2.
- Pasta 177, Relatório sobre destruição abrigos linhas inimigas (18-6-918).
- Pasta 179, Relatório combate de 12 de Março de 1918.
- Pasta 180, 2ª Divisão combate de 9 de Abril de 1918.
- Pasta 183, Relatórios sobre o Raid alemão contra Chapigy em 2 Março 1918.

I Divisão, 35ª Secção, Caixa 309, Relatório de trabalhos da 1ª e 2ª C.S.M..

I Divisão, 35ª Secção, Caixa 310, Relatório de trabalhos da 3ª e 4ª C.S.M..

I Divisão, 35ª Secção, Caixa 311:

- Instruções para o serviço de Engenharia da Divisão.
- Nota nº 15, Extracto de “Ensinamentos” resultantes dos raids executados na frente do XI Corpo até Dezembro de 1916.
- Nota nº 42, Exemplo de rápida construção de um abrigo de cimento armado.
- Nota nº 48, Emprego do cimento armado na construção de “*dug-outs*”.
- Tipo de abrigo de construção rápida.

I Divisão, 35ª Secção, Caixa 579:

- Comando de Engenharia divisionário, nota em 02-04-1918.
- Doc.6, Projecto do Raid de 02 de Abril de 1918 às Linhas Inimigas.
- Doc.7, Relatório sobre o emprego de metralhadoras pesadas na Defesa.
- Exposição do Comandante interino do 4º GM ao Chefe de Estado-Maior da 2ª divisão, nota nº 13/2 em 17 Março.
- Relatório de 8 Março 1918.

I Divisão, 35ª Secção, Caixa 581:

- Nota em 18-02-1918.
- Plano de defesa do Grupo da esquerda da 2ª Divisão do C.E.P.
- Plano de Defesa da Brigada que guarnece o Sector de Ferme Du Bois. Cooperação das Metralhadoras Pesadas n'este sector, II Parte.
- Plano Defensivo da 2ª Divisão do C.E.P.

I Divisão, 35ª Secção, Caixa 1211, Ordens de Batalha.

I Divisão, 35ª Secção, Caixa 1216:

- C.E.P., Indicações sobre o serviço na 1ª Linha.
- Pasta 4, C.E.P., 1ª Divisão, 23/III/918, Alguns princípios fundamentaes da defeza e ataque.
- Pasta 4, C.E.P., QG, Instruções para o caso de retirada voluntária do inimigo na frente da 1ª divisão do C.E.P..
- Pasta 4, C.E.P., QG, Prescripções geraes para o serviço nas trincheiras.
- Pasta 4, Escola de Pelotão. Instruções provisórias.
- Pasta 4, instruções para as secções de metralhadoras ligeiras (Lewis).

I Divisão, 35ª Secção, Caixa 1284, Pasta 3, Ordens de Batalha.

I Divisão, 35ª Secção, Caixa 1370, Pasta 1, Elementos sobre organização do terreno.

Fundo Particular 51 – Tamagnini de Abreu e Silva, Série 3, Caixa 858:

- Pasta 7, relatório sobre a acção do CEP, 1919.
- Pasta 9, Cópia dactilografada da réplica manuscrita feita pelo General Tamagnini ao livro do General Gomes da Costa “A Batalha do Lys”, 1920.

Documentação cartográfica

Arquivo Histórico Militar:

III Divisão, 47ª Secção, AH2.8/18835

Documentação iconográfica

Arquivo Histórico Militar:

Fundo Especial/10/A11MD/1

Fundo Especial/110/A11/PQ/5

Fundo Especial/110/A11/PQ/10

Fundo Especial/110/A11/PQ/13

Fundo Especial/110/A11/PQ/18

Fundo Especial/110/A11/PQ/33

Fundo Especial/110/A11/PQ/38

Fundo Especial/110/J10/PQ/1 (Coleção Garcêz)

Fundo Especial/110/J10/PQ/2 (Coleção Garcêz)

Documentação impressa

Athayde, Mello E, “Um raid”, in *Revista Militar*, nº 6 e 7, Junho e Julho de 1919, ano LXXI, Lisboa, Tipografia Universal, 2ª Época, pp. 444-449.

C.E.P., I – Organização (Disposições publicadas nas O.S. até 22 de Janeiro de 1919), Paris, Imprensa Nacional, 1919.

C.E.P., Quartel-general, Instruções para o serviço de patrulhas de reconhecimento e de combate, Imprensa Nacional, 1917.

COSTA, Gomes da, *A Grande Batalha Do C.E.P. A Batalha Do Lys*, Lisboa, s.l., s.d..

“Emprego da Artilharia na Guerra de Trincheira”, in *Revista Militar*, nº 6, Junho de 1917, ano LXIX, Lisboa, Tipografia Universal, pp. 412-418. (Traduzido do memorial de Artilharia)

“Emprego tactico das metralhadoras com a infantaria tanto na ofensiva como na defensiva”, in *Revista Militar*, nº 9, Setembro de 1907, ano LIX, Lisboa, Tipografia Universal, pp. 638-645. (Tradução de Pacheco Simões)

GOMES, Pacheco, “A instrução tactica da nossa infantaria”, in *Revista Militar*, nº 8, Agosto de 1913, ano LXV, Lisboa, Tipografia Universal pp. 561-563.

GONÇALVES, Horácio de Assis, *Portugal na Guerra. O Batalhão Expedicionário de Infantaria 12 na Flandres*, Porto, Comp. Portg. Editora, 1925.

“Instruções para o emprego das metralhadoras no ataque”, in *Revista Militar*, nº 5, Maio de 1919, ano LXXI, Lisboa, Tipografia Universal, 2ª Época, pp. 288-292 e *Revista Militar*, nº 8, Agosto de 1919, ano LXXI, Lisboa, Tipografia Universal, 2ª Época, pp. 488-492. (Artigo extraído do Boletim del Ejército, de Cuba)

MAGNO, David, *Livro da Guerra de Portugal na Flandres. Descrição militar histórica do C.E.P.. Recordação das trincheiras, da batalha e do cativo. Figuras, factos e impressões, Vol I*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1921.

MARDEL, Eugénio, *A “Brigada do Minho” na Flandres. (O 9 de Abril de 1918). Subsídios para a história da 4ª Brigada do C.E.P.*, Lisboa, Serviços gráficos do Exército, 1923.

MONTEIRO, Quirino; VIEIRA, Melo, *“Gambúsios” – Soldados da Grande Guerra*, Lisboa, Portugália Editora, 1919.

Ordens do Exército, 1ª série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1917.

PALAVRAS CLARAS. *“Razões da intervenção militar de Portugal na guerra europeia”*, Relatório - Publicado no «Diário do Governo» nº 9, 1ª serie, de 17 de Janeiro de 1917, Lisboa, Imprensa Nacional, 1917.

RATO, Raul Frederico, *“A organização e os dispositivos de combate de infantaria na Grande Guerra”* in *Revista Militar*, nº 12, Dezembro de 1919, ano LXXI, Lisboa, Tipografia Universal, 2ª Época, pp. 730-737.

Regulamento para os trabalhos de Fortificação da Infantaria - II Parte, Lisboa, Imprensa Nacional, 1912.

“Resumo histórico dos serviços prestados pelo C.E.P em França”, in *Revista Militar*, nº 6 e 7, Junho e Julho de 1919, ano LXXI, Lisboa, Tipografia Universal, 2ª Época, pp. 408-426. (do relatório do Estado Maior)

BIBLIOGRAFIA

Obras de referência

ECO, Umberto, *Como Se Faz Uma Tese em Ciências Humanas*, 14ª Edição, Lisboa, Editorial Presença, 2008.

História contemporânea de Portugal. Primeira República II, dir. João Medina, Camarate, Multilar, s.d..

História do Exército Português (1910 - 1945), Volume III, dir. EME, Lisboa, CEGRAF, 1993.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal, Volume II – Das Revoluções Liberais Aos Nossos Dias*, Lisboa, Palas Editores, 1976.

MARTINS, Ferreira, *História do Exército Português*, Lisboa, Editorial Inquérito Limitada, 1945.

MARTINS, Ferreira, *O Poder Militar Da Gran-Bretanha E A aliança Anglo-Lusa, separata de O instituto, vol. 94*, Coimbra, 1938.

Nova História Militar de Portugal, Volume 4, dir. Manuel Themudo Barata & Nuno Severiano Teixeira, Casais de Mem Martins, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2004.

Portugal Grande Guerra (1914-1918), dir. Aniceto Afonso & Carlos de Mateus Gomes, Diário de Notícias, 2003.

Portugal na Grande Guerra, Volume Primeiro, dir. Ferreira Martins, Lisboa, Editorial Ática, 1934.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van, *Manual de Investigação em ciências Sociais*, 2ª Edição, Lisboa, Gradiva, 1992.

Estudos

BEÇA, Adriano, *Lições da Grande Guerra*, Lisboa, Diário de Notícias, 1922.

COSTA, Artur Elias da, *A Análise Tática da Batalha – com um discurso sobre a preparação do soldado para a guerra*, Leiria, Edição do Autor, 1936.

COUTO JÚNIOR, Manuel, *Emprêgo Tático das Metralhadoras*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1923.

FREIRIA, Fernando, *Os Portugueses na Flandres*, Lisboa, Tipografia da Cooperativa Militar, 1918.

GÓMEZ, Hipólito de la Torre, *Conspiração contra Portugal (1910-1912) – As relações políticas entre Portugal e Espanha*, Coleção Horizonte 38, Lisboa Livros horizonte, 1978.

MARQUES, Isabel Pestana, *Das trincheiras com Saudade. A vida quotidiana dos militares portugueses na Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008.

MARTINS, Dorbalino dos Santos, *Estudo de Pesquisa sobre a Intervenção Portuguesa na 1ª Guerra Mundial (1914-1918) na Flandres*, s.l., Execução Gráfica do CEGRAF/EX, 1995.

TRÉGUIER, Coronel, *O que a Infantaria deve saber da Artilharia*, Lisboa, Livraria Central Editora, 1926. (Tradução do Capt. C. L. Antunes Cabrita)

Dicionários e enciclopédias

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, volume XXII, editorial enciclopédia, limitada, Lisboa, Rio de Janeiro, s.d..

SOARES, Vicente Henrique Varela, ADELINO, Eduardo Augusto das Neves, *Dicionário da Terminologia Militar II*, s.l., Edição dos Autores, 1962-1963.

Endereços da Internet

<http://members.fortunecity.com/milit/ukgrenades.htm>, visitado em 10 de Agosto de 2009.

www.firstworldwar.com/weaponrygrenades.htm, acedido em 10 de Agosto de 2009.

www.millsgrenades.co.uk/images/ww1%20grenades/ww1No1mk1.jpg, pesquisado em 10 de Agosto de 2009.

www.wargroup.net/images/lee%20enfield%20No4, consultado em 10 de Agosto de 2009.

ANEXOS

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO I – MAPA CARICATURAL DA EUROPA	52
ANEXO II – ORDEM DE BATALHA DA DIVISÃO REFORÇADA	53
ANEXO III – ORDEM DE BATALHA A DUAS DIVISÕES	54
ANEXO IV – COMANDANTE DO C.E.P. E DAS DIVISÕES	55
ANEXO V – O SECTOR PORTUGUÊS NA FLANDRES	56
ANEXO VI – ZONAS DE DEFESA	57
ANEXO VII – TRINCHEIRAS	58
ANEXO VIII – ABRIGOS	61
ANEXO IX – POSTO DE COMANDO	63
ANEXO X – QUARTÉIS-GERAIS.....	64
ANEXO XI – SERVIÇO DE TRINCHEIRA.....	65
ANEXO XII – PROJECTO DO RAID DE 02 DE ABRIL DE 1918 ÀS LINHAS INIMIGAS .	70
ANEXO XIII – QUADRO DE RAIDS EFECTUADOS PELO CEP ATÉ 09/04/1918.....	71
ANEXO XIV – ARMAMENTO E EQUIPAMENTO DO SOLDADO DE INFANTARIA	72
ANEXO XV – ESQUEMA DA INFANTARIA NO ATAQUE	76
ANEXO XVI – DISPOSIÇÃO DOS GRANADEIROS E METRALHADORAS LIGEIRAS...	77
ANEXO XVII – ARTILHARIA DE CAMPANHA.....	78
ANEXO XVIII – ABRIGOS DE ARTILHARIA	79
ANEXO XIX – COMUNICAÇÕES S.O.S.....	80
ANEXO XX – METRALHADORA VICKERS	81
ANEXO XXI – ELIMINAÇÃO DO BATALHÃO DE INFANTARIA 7	82
ANEXO XXII – ORDEM DE BATALHA EM 9 DE ABRIL DE 1918.....	83
ANEXO XXIII – SITUAÇÃO DA DIVISÃO EM VÉSPERAS DA BATALHA	84

ANEXO I – MAPA CARICATURAL DA EUROPA



Fonte: PT/AHM/FE/10/A11MD/1

ANEXO II – ORDEM DE BATALHA DA DIVISÃO REFORÇADA

1ª Ordem de batalha referente a Março de 1917	
Ordem de batalha do C.E.P.	Formações da Base:
Um Quartel-General	Um Quartel-General
Três Brigadas de Infantaria, a dois Regimentos de três Batalhões	Três depósitos de infantaria
Quatro Grupos de Metralhadoras Pesadas	Um depósito de misto
Quatro Grupos de baterias de tiro tenso (peças)	Um depósito de cavalaria
Quatro Grupos de baterias de tiro curvo (obuzes)	Um depósito de remonta
Seis baterias de morteiros ligeiros de trincheira	Um hospital de cirurgia
Três baterias de morteiros médios de trincheira	Um hospital de medicina e depósito de convalescentes
Quatro companhias de sapadores mineiros	Uma estação de evacuação
Uma companhia de pontoneiros	Depósitos de material:
Uma secção de projecção de campanha	de engenharia
Duas secções de telegrafistas de campanha	de guerra
Uma secção de telegrafistas de praça	sanitário
Um trem de engenharia (automóvel)	de serviço veterinário
Um grupo de esquadrões de cavalaria	de subsistências
Cinco ambulâncias	de fardamento
Duas colunas de transporte de feridos (hipomóveis)	de material de aquartelamento e bagagens
Uma coluna automóvel de transporte de feridos	uma oficina de montar munições 7,5 T.R
Três colunas de hospitalização	
O serviço de higiene e bacteriologia	
Uma secção automóvel para transporte de água	
Uma coluna de munições com dois escalões, cada escalão com:	
três secções de munições de artilharia	
uma secção de munições de obuses	
três secções de munições de infantaria	
um trem de bagagens e víveres	

Elaborado pelo autor

Fonte: PT/AHM/DIV/1/35/1284/3

ANEXO III – ORDEM DE BATALHA A DUAS DIVISÕES

Ordem de batalha referente a Janeiro 1918	
2ª Ordem de batalha do C.EP.	Tropas não endivisionadas
Quartel-General do Corpo	Cavalaria:
Duas Divisões	Um grupo de dois esquadrões
Dois Quartéis-Generais de Divisão	Artilharia:
Infantaria:	Um grupo de duas baterias de obuses de campanha
Seis brigadas a quatro batalhões	Um corpo de artilharia pesada (dez batarias)
Seis grupos de metralhadoras pesadas a quatro batarias	Um sub-parque de munições
Seis batarias de morteiros ligeiros	Uma oficina automóvel para reparação de material de artilharia
Quatro batarias de morteiros médios	Engenharia:
Artilharia:	uma secção de telegrafia sem fios
Seis grupos de batarias montadas 7,5 T.R.	uma secção de telegrafistas de praça
Dois grupos de batarias de obuses de campanha	uma companhia de pontoneiros (quatro secções)
Duas colunas de munições divisionárias	quatro secções de projectores
Engenharia:	um batalhão de caminhos-de-ferro (quatro companhias)
quatro companhias de sapadores mineiros	um trem de engenharia (automóvel)
duas secções de telegrafia por fios	Aviação:
Formações sanitárias:	uma esquadrilha
seis ambulâncias	Formações sanitárias:
duas colunas de transportes de feridos (hipomóveis)	uma coluna de transporte de feridos (automóvel)
duas colunas de hospitalização	uma coluna de hospitalização
	serviço de higiene e bacteriologia
	secção de estomatologia
	secção automóvel para transporte de água
	Formações administrativas:
	comboio automóvel
	trens de bagagens e víveres

Elaborado pelo autor

Fonte: PT/AHM/DIV/1/35/1211

ANEXO IV – COMANDANTE DO C.E.P. E DAS DIVISÕES

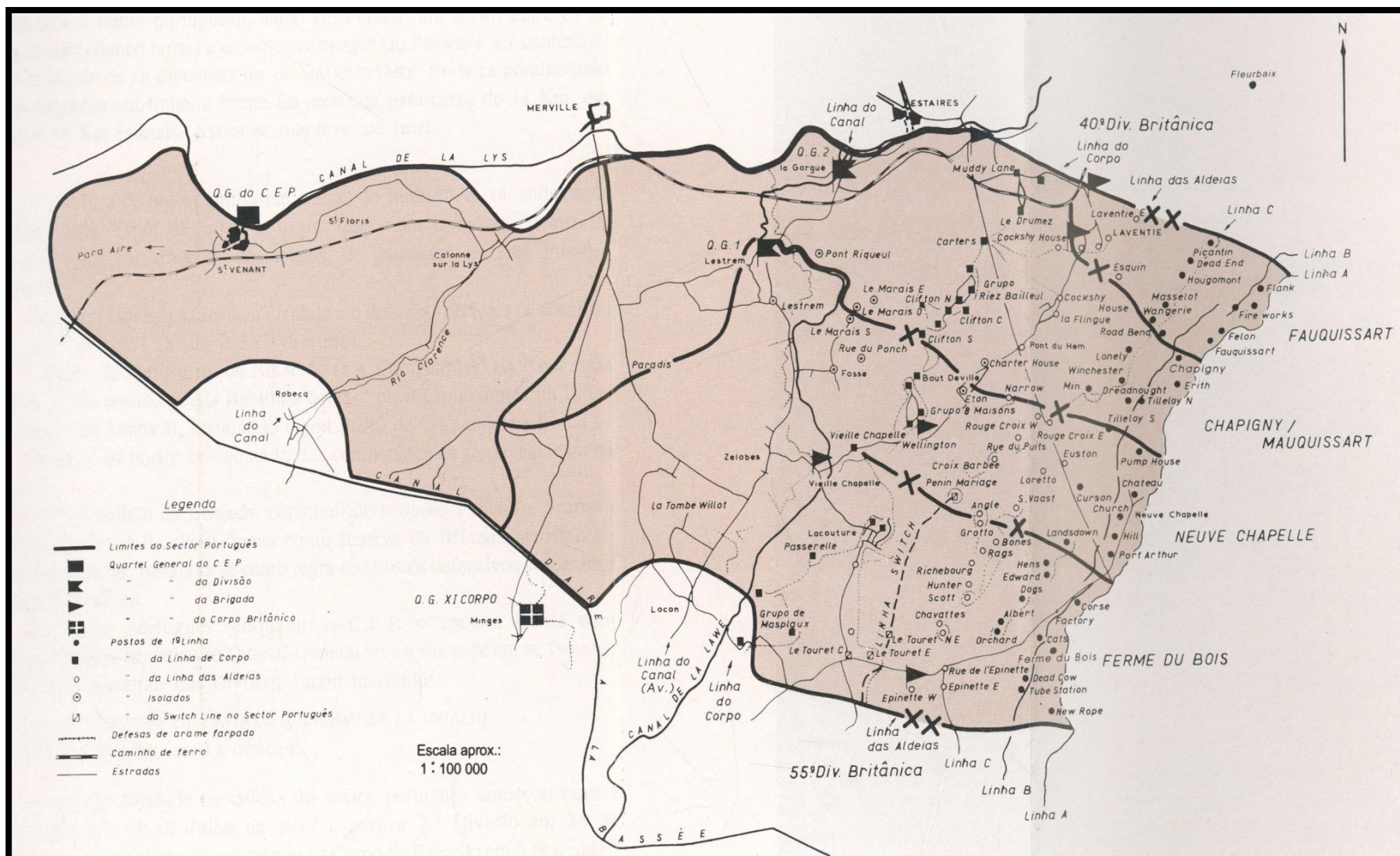


Descrição da esquerda para a direita:

General Gomes da Costa; General Fernando Tamagnini de Abreu e Silva; General Simas Machado

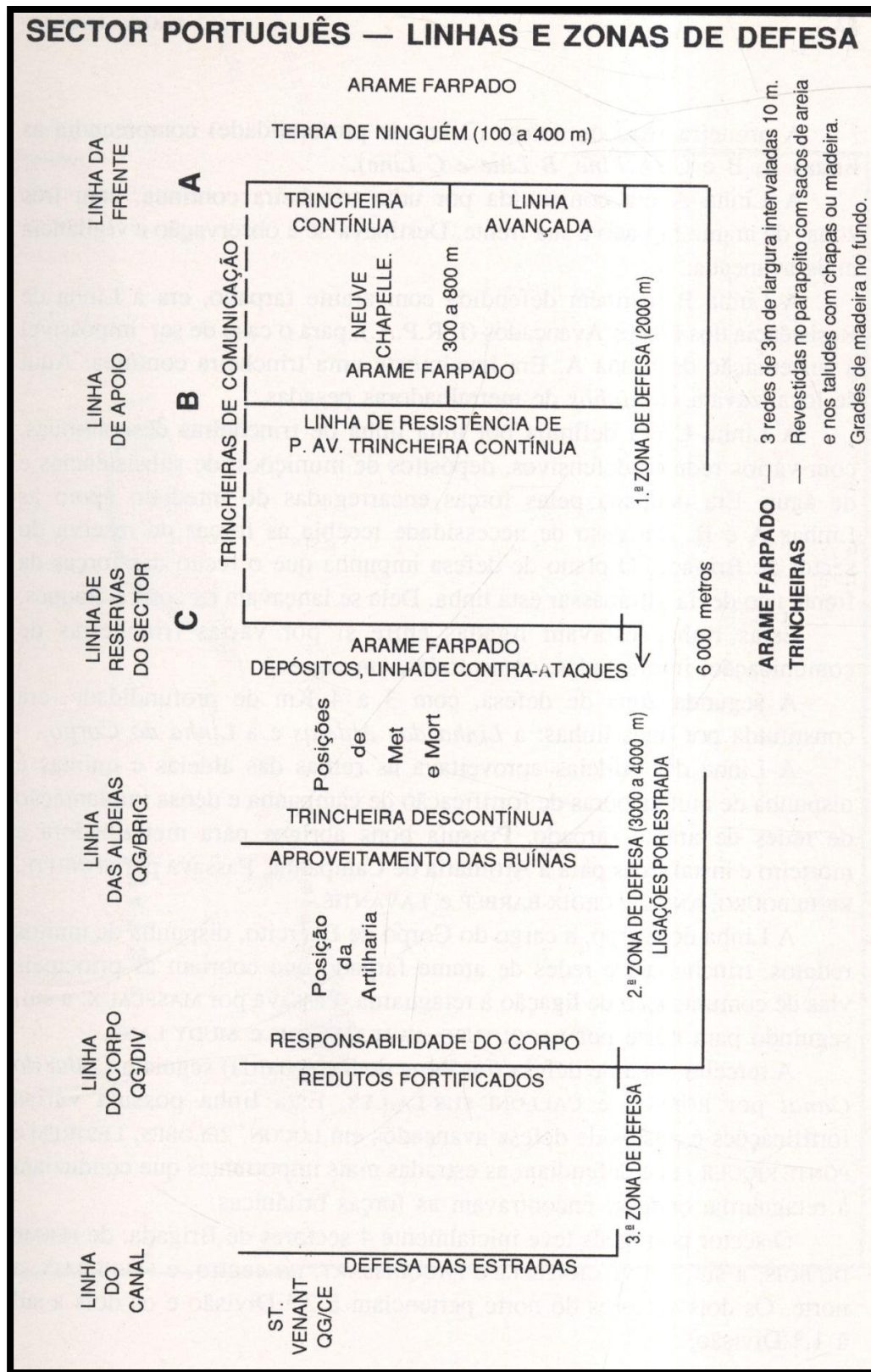
Fonte: PT/AHM/FE/110/J10/PQ/1 (foto 347).

ANEXO V – O SECTOR PORTUGUÊS NA FLANDRES



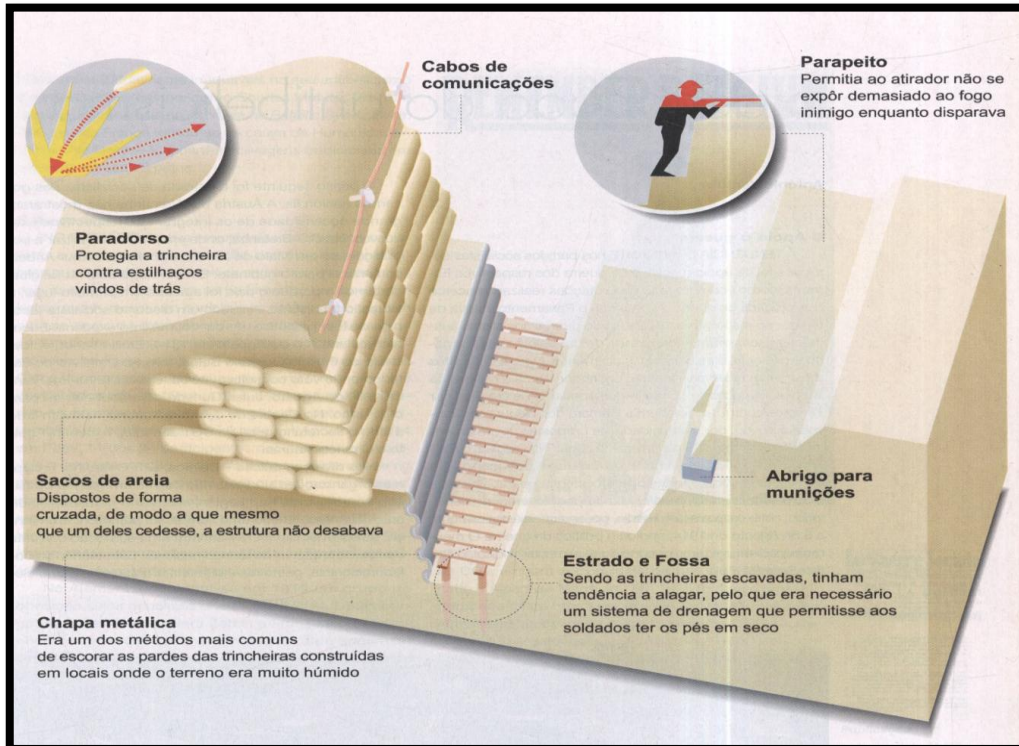
Fonte: História do Exército Português (1910 - 1945), Volume III, dir. EME, p.93.

ANEXO VI – ZONAS DE DEFESA



Fonte: História do Exército Português (1910 - 1945), Volume III, dir. EME, p.91.
Para melhor compreensão ver Anexo V

ANEXO VII – TRINCHEIRAS



Fonte: *Portugal Grande Guerra (1914-1918)*, dir. Aniceto Afonso & Carlos de Mateus Gomes, p. 169.



Fonte: PT/AHM/FE/110/J10/PQ/1 (foto 245)

Trincheiras na 1ª linha



Fonte: PT/AHM/FE/110/A11/PQ/18 (foto 2)



Fonte: PT/AHM/FE/10/A11/PQ/18 (foto 18)

Trincheira de apoio



Fonte: PT/AHM/FE/110/J10/PQ/1 (foto 1417)

Trincheira travesada (imagem do aprontamento em Tancos)



Fonte: PT/AHM/FE/110/A11/PQ/13 (foto 16)

ANEXO VIII – ABRIGOS

Abrigo na 1ª linha à base de sacos de terra



Fonte: PT/AHM/FE/110/J10/PQ/1 (foto 232)

Abrigo de cimento armado



Fonte: PT/AHM/FE/110/J10/PQ/1 (foto 1327)

A dormir dentro de um abrigo



Fonte: PT/AHM/FE/110/A11/PQ/10 (foto 249)

Construção de um abrigo com sacos de terra



Fonte: PT/AHM/FE/110/J10/PQ/1 (foto 224)

ANEXO IX – POSTO DE COMANDO

De Companhia



Fonte: PT/AHM/FE/110/J10/PQ/1 (foto 187)

De Batalhão



Fonte: PT/AHM/FE/10/A11/PQ/18 (foto 6)

ANEXO X – QUARTÉIS-GERAIS



Fonte: PT/AHM/FE/110/J10/PQ/1 (foto 278)



Fonte: PT/AHM/FE/110/J10/PQ/1 (foto 481)

ANEXO XI – SERVIÇO DE TRINCHEIRA

Pessoal da drenagem



Fonte: PT/AHM/FE/10/A11/PQ/18 (foto 9)

Drenagem das trincheiras



Fonte: PT/AHM/FE/110/J10/PQ/1 (foto 325)

Reparação dos estrados



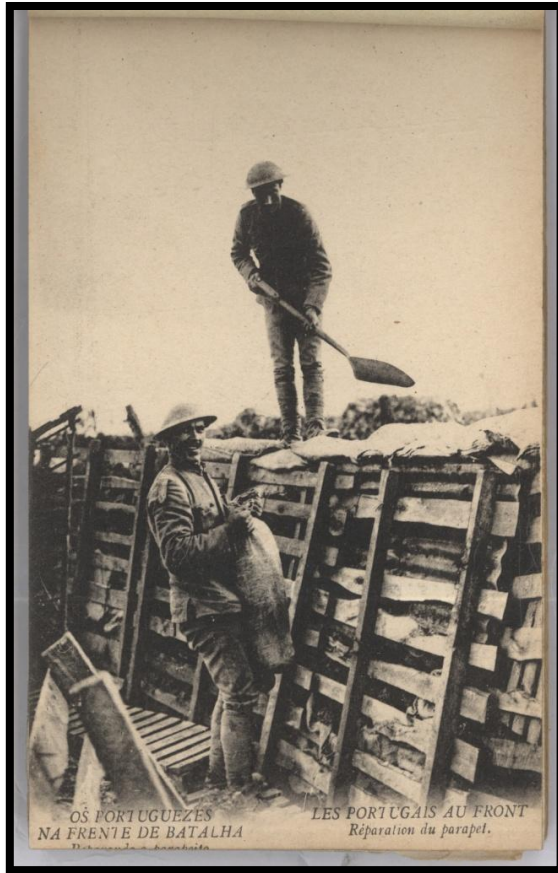
Fonte: PT/AHM/FE/110/J10/PQ/1 (foto 300)

Abastecimento de munições



Fonte: PT/AHM/FE/110/J10/PQ/1 (foto 220)

Reparação do parapeito



Fonte: PT/AHM/FE/10/A11/PQ/18 (foto 10)

Reparação das comunicações



Fonte: PT/AHM/FE/10/A11/PQ/18 (foto 13)

Reparação das comunicações



Fonte: PT/AHM/FE/110/A11/PQ/38 (foto 9)

Sentinela



Fonte: PT/AHM/FE/10/A11/PQ/18 (foto 21)

Oficial a vigiar com periscópio



Fonte: PT/AHM/FE/110/J10/PQ/1 (foto 308)

Reparações após um bombardeamento



Fonte: PT/AHM/FE/110/A11/PQ/5 (foto 62)

Reparação do arame farpado



Fonte: PT/AHM/FE/110/A11/PQ/5 (foto 64)

ANEXO XII – PROJECTO DO RAID DE 02 DE ABRIL DE 1918 ÀS LINHAS INIMIGAS

C.E.F.- 2a D. - S E C R E T O - Em campanha,
 4a B.I.- Bat. Inf. Nº 8. 25 de Março de 1918.

PROJECTO DE RAID.

Simultaneamente com a Artilharia farão fogo os Morteiros Ligeros, situados em N. 13. b. 10. 90.; N. 13. c. 10. 40.; N. 13. d. 90. 10., ficando os restantes Morteiros, na linha, de prevenção, para qualquer eventualidade.

C O P I A

Afim de dar cumprimento à ordem verbal de Sua Ex.ª General Comandante da 2a Divisão, que determinou que o Batalhão de Infantaria Nº 8 preparasse um raid de companhia entre os pontos N. 14. c. 10. 65. e N. 13. c. 30. 05., oferecendo-me dizer o seguinte:

1ª-Pessoal: A companhia deverá organizar-se com tres pelotões de 40 praças o maximo cada um, comandados por subalternos. Cada pelotão constituirá 3 secções, comandadas por sargentos, sendo uma das secções em cada pelotão de Metralhadoras ligeras. O efectivo de cada secção deverá ser determinado pelo comandante do raid e em harmonia com o fim a desempenhar. Deve fazer parte alem deste pessoal uma secção de sapadores mineiros com tesouras corta-aramo e com dinamite preparado para destruição do mesmo e limpeza dos abrigos, comandada por um sargento, e uma secção com 6 sinaleiros que deverão manter-se em ligação com a cabine do pelotão por onde se fizer o raid. A companhia será acompanhada pelos respectivos maqueiros, devendo tambem ficar na 1a linha mais 4 maqueiros e respectiva vagoneta para rapida evacuação de feridos.

2ª-Objectivo: A companhia terá por missão obter prisioneiros e fazer a limpeza de trincheiras entre os pontos N. 14. c. 10. 65. e N. 13. c. 30. 05. e a margem norte da ribeira das Laies.

3ª-Modo de acção: Embora se deixe à iniciativa do comandante do raid a melhor forma de o conduzir, deve-se indicar que os pelotões se apoiarão sucessivamente uns nos outros, devendo sair dos nossos parapetos e aproximar-se da linha enemiga logo que comece a barragem da Artilharia e penetrar nas linhas enemigas com a maxima rapidez logo que esta alongue o tiro. Os pelotões deverão sair das nossas trincheiras aproximadamente pelos pontos N. 13. c. 40. 45., N. 13. c. 90. 90. e N. 13. d. 60. 80. procurando entrar pouco mais ou menos pelos mesmos. Estes pontos poderão ser modificados se os reconhecimentos, que ainda se não fizeram, indicarem outros em melhores condições.

4ª-Cooperação com outros elementos de defeza: Dever-se-ha por intermedio da Brigada obter a cooperação dos outros elementos de defeza do sector bases como; metralhadoras pesadas, morteiros medios e ligeros para fazer progredir o avanço ou proteger a retirada.

Observações: Tendo-me sido indicado taxativamente os pontos limites para o raid, devo dizer, isto para livrar a minha responsabilidade no insuccesso, que a maior parte do terreno destinado às operações pertence ao S. S. I. de FAUQUISSART guarnecido pelo Batalhão à minha direita e por isso o respectivo terreno na frente nunca foi reconhecido pelos Officiaes do meu Batalhão.

(a)-Anibal Coelho Montalvão.
Maj. Inf.

AÇÃO CONJUNTA DOS MORTEIROS LIGEIROS

Simultaneamente com a Artilharia farão fogo os Morteiros Ligeros, situados em N. 13. b. 10. 90.; N. 13. c. 10. 40.; N. 13. d. 90. 10., ficando os restantes Morteiros, na linha, de prevenção, para qualquer eventualidade.

=====

AÇÃO CONJUNTA DAS METRALHADORAS PESADAS.

Simultaneamente com a Artilharia farão fogo duas Metralhadoras Pesadas, batendo de enfiada e com tiro indirecto as trincheiras enemigas CLARA TRENCH e BERTHA TRENCH, e, com fogo caifando o terreno entre estas trincheiras. As restantes Metralhadoras Pesadas ficam de prevenção, para entrarem na defensiva, em qualquer eventualidade.

=====

Fonte: PT/AHM/DIV/1/35/579/6

ANEXO XIII – QUADRO DE RAIDS EFECTUADOS PELO CEP ATÉ

09/04/1918

Dia	Efectivo	Unidade	Baixas amigas	Material capturado	Sucesso	Observações
26/27Jul1917	30 Homens	B.I 24	4 Homens		Não	Motivos do insucesso: inexperiência dos homens e ineficácia da preparação da artilharia
7/8Set1917	23 Homens	B.I 9	Nenhuma		Não	
8/9Set1917	25 Homens	B.I 23	Nenhuma		Não	Não deram com a passagem do arame inimigo
8/9Set1917	Desconhecido	B.I 34	Desconhecido		Não	
10/11Set1917	73 Homens	B.I 28	4 Homens		Não	
18/19Set1917	63 Homens	B.I 34	8 Homens		Não	
21-Set-17	30 Homens	B.I 21	Nenhuma		Não	
22/23Set1917	24 Homens	B.I 23	Nenhuma		Não	
11/12Nov1917	48 Homens	B.I 29	Nenhuma		Não	
1/2Dez1917	30 Homens	B.I 22	Nenhuma		Não	
10/11Dez1917	26 Homens	B.I 21	Nenhuma		Não	
13-Dez-17	16 Homens	B.I 21	Nenhuma		Não	
15-Dez-17	26 Homens	B.I 21	Nenhuma		Não	
25/26Dez1917	38 Homens	B.I 34	Nenhuma		Não	
23/24Fev18	63 Homens	B.I 14	Nenhuma		Não	
09-Mar-18	120 Infantaria 25 Engenharia	B.I 21	20 Homens	1 Metralhadora; várias espingardas e equipamentos	Sim	5 Prisioneiros de guerra; destruíram 2 abrigos de cimento e 1 decaville
18/19Mar1918	100 Homens	B.I 14	5 Homens	2 Metralhadoras	Sim	Capturaram 3 prisioneiros de guerra; destruíram 2 abrigos
2/3Abr1918	180 Homens	B.I 2	24 Homens		Sim	Não obteve total sucesso devido às ordens e contra-ordens que sucedeu no projecto do raid

Elaborado pelo autor

Fonte: MARTINS, Dorbalino dos Santos, Estudo de Pesquisa sobre a Intervenção Portuguesa na 1ª Guerra Mundial (1914-1918) na Flandres, pp.131-271.

ANEXO XIV – ARMAMENTO E EQUIPAMENTO DO SOLDADO DE INFANTARIA

Vista em perfil de um soldado de infantaria



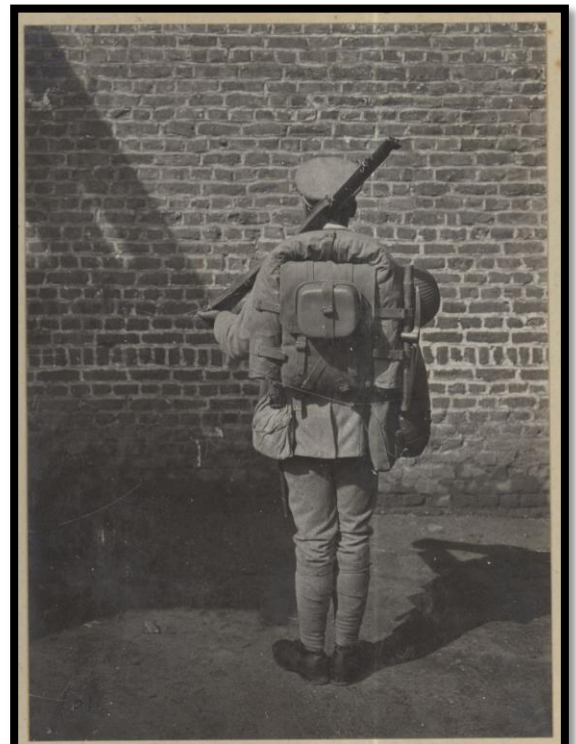
Fonte: PT/AHM/FE/110/A11/PQ/10 (foto 104)



Fonte: PT/AHM/FE/110/A11/PQ/10 (foto 105)



Fonte: PT/AHM/FE/110/A11/PQ/10 (foto 106)



Fonte: PT/AHM/FE/110/A11/PQ/10 (foto 107)

Metralhadora Ligeira Lewis



Fonte: PT/AHM/FE/110/A11/PQ/10 (foto 178)

Espingarda Lee Enfield



Fonte: www.wargroup.net/images/lee%20enfield%20No4

Granadeiro de espingarda
(Soldado do Exército Sérvio)



Fonte: www.firstworldwar.com/weaponry/grenades.htm

Granada Mills MK1 N° 36
(granada de mão e de espingarda)



Fonte: <http://members.fortunecity.com/milit/ukgrenades.htm>

Granada Mills MK1 N° 1

Fonte: www.millsgrenades.co.uk/images/ww1%20grenades/ww1No1mk1.jpg



Espingarda com baioneta



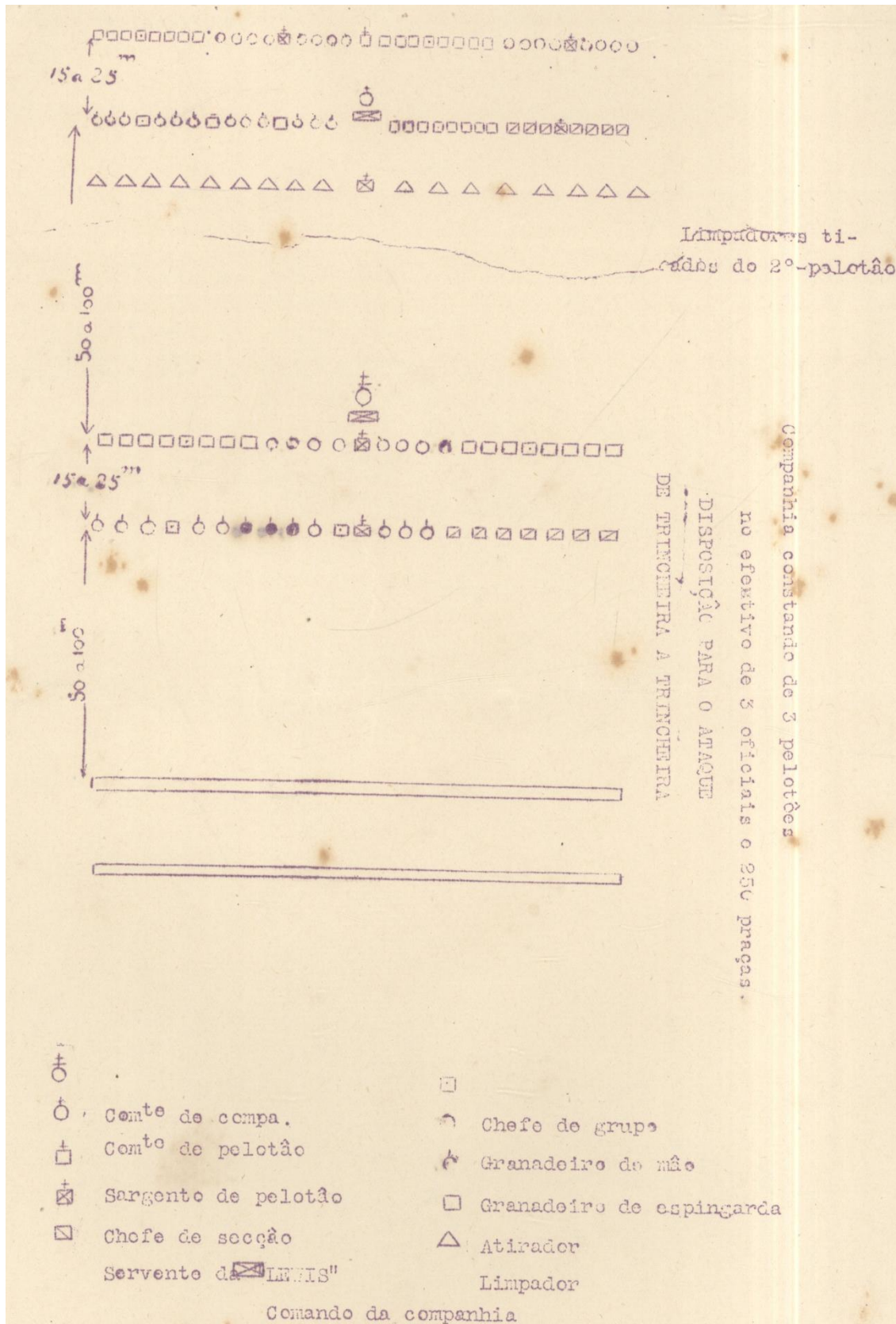
Fonte: PT/AHM/FE/110/J10/PQ/1 (foto 153)

Material dos Limpadores de trincheiras



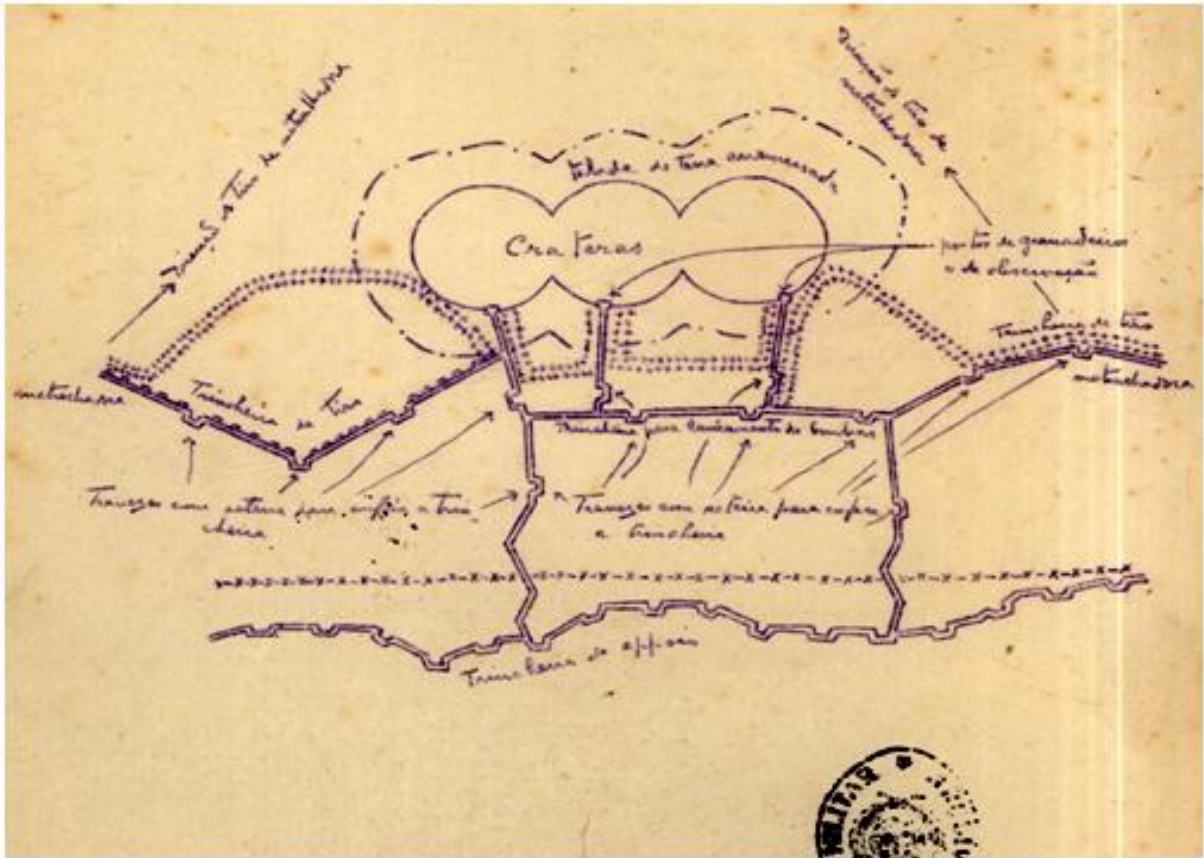
Fonte: PT/AHM/FE/110/A11/PQ/33 (foto 2)

ANEXO XV – ESQUEMA DA INFANTARIA NO ATAQUE

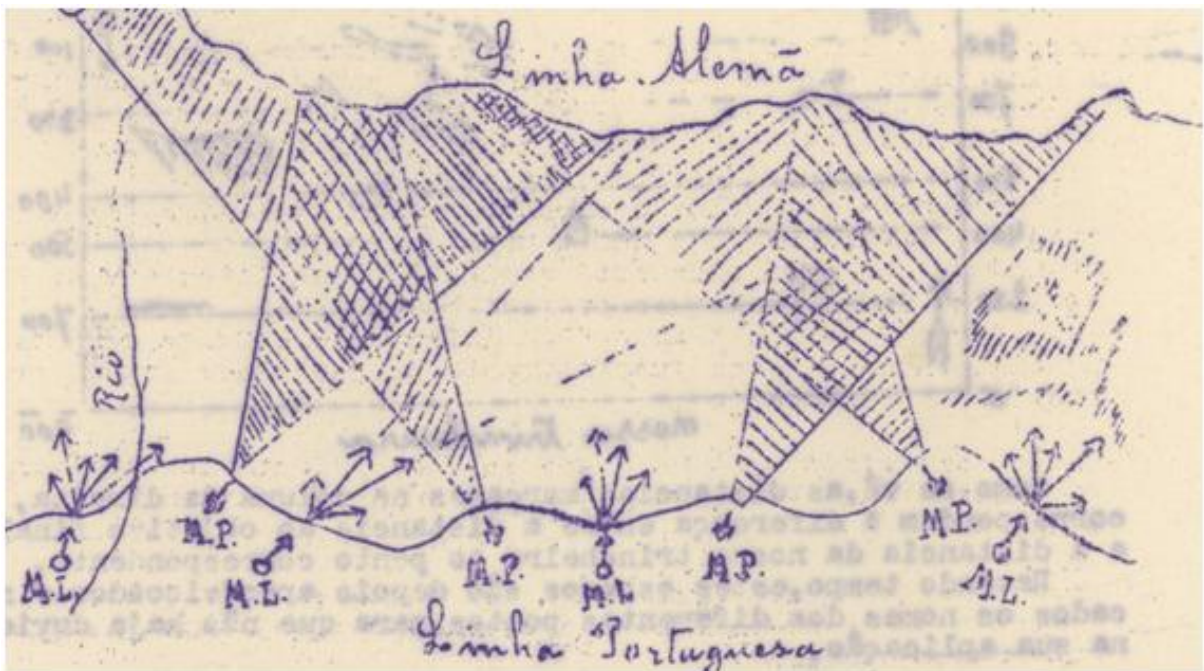


Fonte: PT/AHM/DIV/1/35/1216/4

ANEXO XVI – DISPOSIÇÃO DOS GRANADEIROS E METRALHADORAS LIGEIRAS



Fonte: PT/AHM/DIV/1/35/1370/1



Fonte: PT/AHM/DIV/1/35/1216/4

ANEXO XVII – ARTILHARIA DE CAMPANHA

Peça de 7,5 cm (Material Francês) (No aprontamento em Tancos)



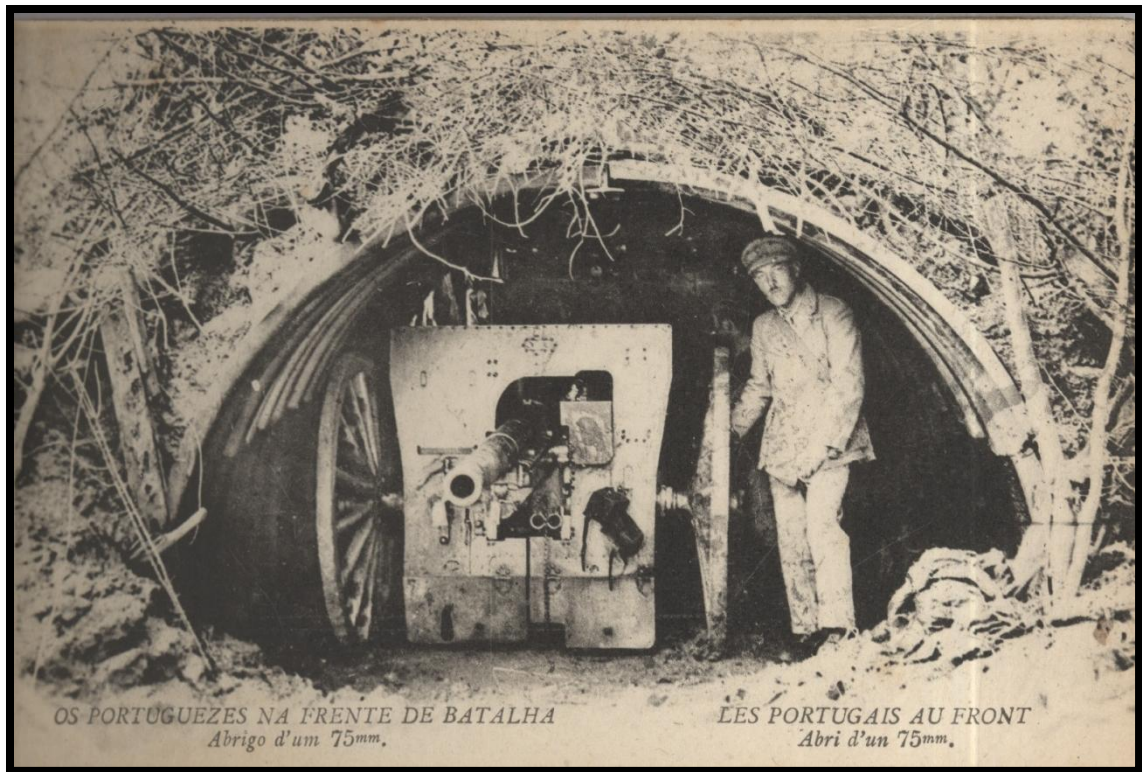
Fonte: PT/AHM/FE/110/J10/PQ/2 (foto 91)

Obus 14,5 cm (Material Inglês)



Fonte: PT/AHM/FE/110/J10/PQ/1 (foto 1257)

ANEXO XVIII – ABRIGOS DE ARTILHARIA



Fonte: PT/AHM/FE/10/A11/PQ/18 (foto 5)



Fonte: PT/AHM/FE/110/J10/PQ/1 (foto 1221)

ANEXO XIX – COMUNICAÇÕES S.O.S.



Fonte: PT/AHM/FE/110/A11/PQ/10 (foto 242)



Fonte: PT/AHM/FE/10/A11/PQ/18 (foto 14)

ANEXO XX – METRALHADORA VICKERS



Fonte: PT/AHM/FE/110/J10/PQ/1 (foto 878)



Fonte: PT/AHM/FE/110/J10/PQ/1 (foto 1059)

ANEXO XXI – ELIMINAÇÃO DO BATALHÃO DE INFANTARIA 7**ORDEM DE SERVIÇO**

Nº 350

6/IV/1918

Sua Ex.^a General comandante Interino determina e manda publicar:

1º ELIMINAÇÃO DE UMA UNIDADE – Da O.N. do Corpo (6/IV/918) – “Que tendo-se recusado o Batalhão de Infantaria N 7 a marchar para a 1ª linha, como lhe havia sido ordenado, reunindo-se para tal fim praças armadas em numero bastante elevado e procurando por diferentes meios, incluindo a violencia, obstar a que os seus camaradas dos outros batalhões fossem ocupar os postos que lhes haviam sido destinados, factos estes reprovados pelas leis em vigor e revestindo excepcionalíssima gravidade por serem não só praticados na frente do inimigo como numa ocasião em que o esforço de todos os aliados precisa execer-se no mais elevado grau, sendo vergonhoso conservar no Corpo portuguez uma Unidade que procedeu por forma tal que pode até classificar-se de manifestação de cobardia, empanando assim o nobre, valente e dedicado proceder dos seus camaradas das outras unidades; Sua Exa. General Comandante de G.E.P. determina:

- a) Que, independentemente do procedimento criminal a haver com os responsaveis por tal acto, procedimento que será imediatamente adoptado nos termos do art.º Nº 337 do C.P.C.M., *seja eliminado da Ordem de Batalha do C.E.P. o Batalhão de Infantaria Nº 7.*
- b) Que os cabos e soldados que tomaram parte do movimento de revolta acima referido, sejam mandados por à disposição do 1º Exercito Britannico para serem empregados em trabalhos de fortificação na 1ª Linha sob a direcção tecnica de engenheiros britannicos e sob o comando de 6 officiaes e 8 sargentos portuguezes, do dito Batalhão Infanatria N.º 7.
- c) Que as restantes praças do mesmo Batalhão sejam distribuidas igualmente pelos 4º Batalhões da 1ª Brigada.
- d) Que os officiaes não comprehendidos na alínea b) sejam mandados apresentar no Q.G.C., afim de terem destino.”

Elaborado pelo autor

Fonte: PT/AHM/DIV/1/35/271-A/Livro de O.S.

ANEXO XXII – ORDEM DE BATALHA EM 9 DE ABRIL DE 1918

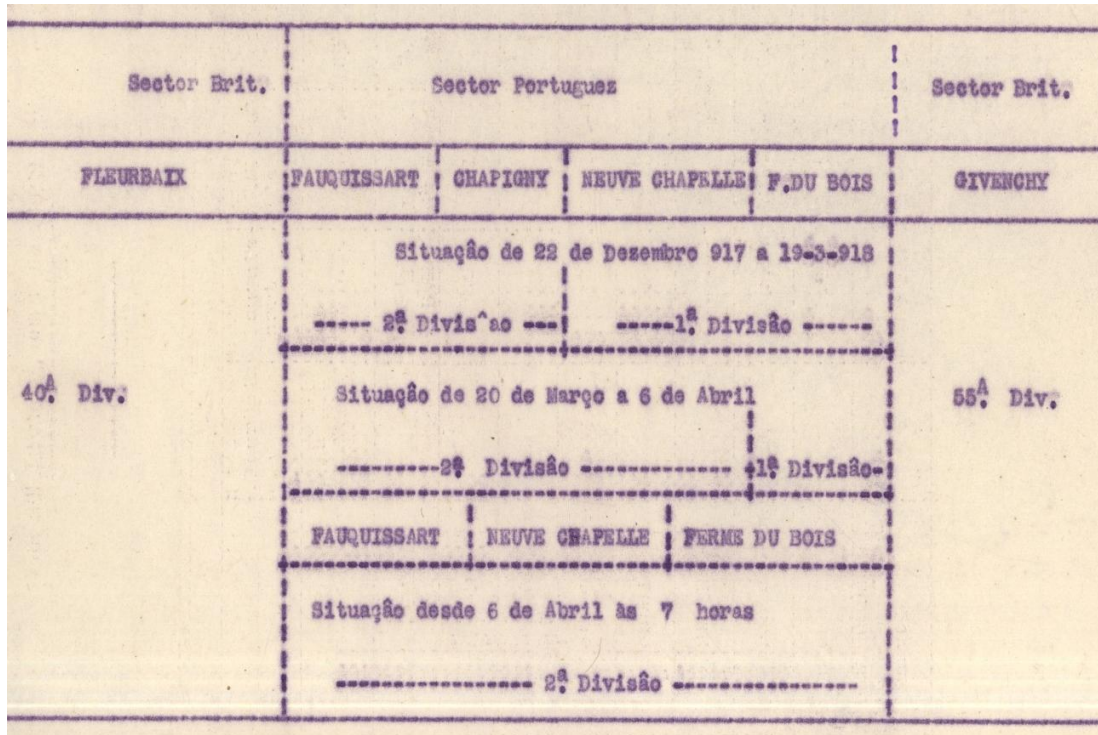
Ordem de batalha em 9 de Abril de 1918
Um Quartel-General
3ª Brigada e 2ª B.M.L
4ª Brigada e 4ª B.M.L
5ª Brigada e 5ª B.M.L
6ª Brigada e 6ª B.M.L
1º Grupo de Metralhadoras
3º Grupo de Metralhadoras
4º Grupo de Metralhadoras
5º Grupo de Metralhadoras
6º Grupo de Metralhadoras
1º Grupo de Baterias de Artilharia
2º Grupo de Baterias de Artilharia
5º Grupo de Baterias de Artilharia
6º Grupo de Baterias de Artilharia
2º Bateria de Morteiros Médios
4º Bateria de Morteiros Médios
5º Bateria de Morteiros Médios
6º Bateria de Morteiros Médios
1º Companhia de Sapadores Mineiros
2º Companhia de Sapadores Mineiros
3º Companhia de Sapadores Mineiros
2º Grupo de Companhias de Pioneiros
2º Companhia Divisionária de Telegrafistas
Sub-secção de Telegrafia sem fios
Secção Divisionária de Observadores nº 2
Ambulâncias nºs 1, 5 e 7
Coluna de Hospitalização nº 4
Coluna Automovel para Transporte de Feridos nºs 1 e 2
Coluna Hipomovel para Transporte de Feridos nºs 2, 4, 5 e 6
Secção Movel Veterinária nº 2
Trem Divisionário nº 2
2º Grupo Automovel
Companhia de Serviços auxiliares
Grupo de 2 Companhias de Ciclistas, menos 2 Pelotões

Elaborado pelo autor

Fonte: AHM 1/35/144, 2ª Divisão Combate de 9 de Abril de 1918, relatório circunstanciado do Q.G da 2ª Divisão.

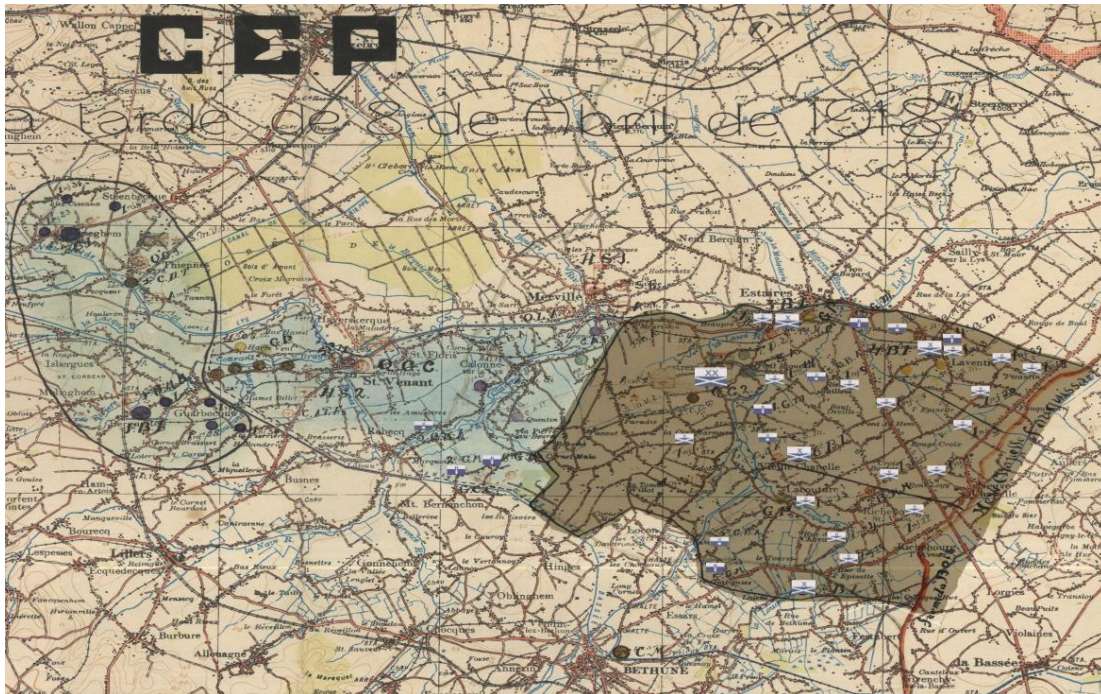
ANEXO XXIII – SITUAÇÃO DA DIVISÃO EM VÉSPERAS DA BATALHA

Esquema do guarnecimento do sector português



Fonte: PT/AHM/DIV/1/35/144/180

Esquema da distribuição das forças pelo sector em 8 de Abril de 1918



Elaborado pelo autor

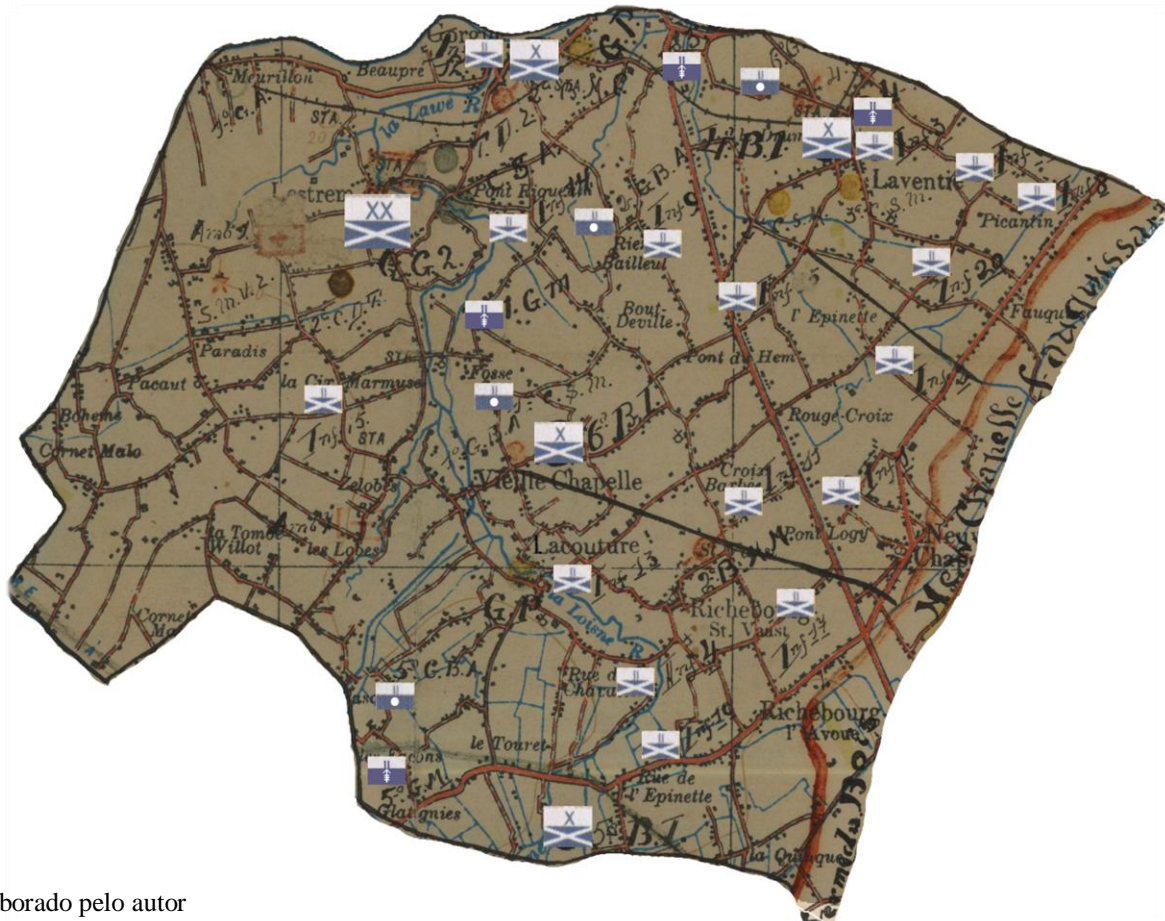
Fonte: PT/AHM/DIV/3/47/AH2.8/18835

Esquema da distribuição das tropas da segunda Divisão em 09 de Abril de 1918

		Fleurbaix	Fauquis- sart	N.Chapel- le	Ferme du Bois	Givenchy	
		119 ^a B.I. da 40 ^a Div.	4 ^a B.I.	6 ^a B.I.	5 ^a B.I.	165 ^a B.I.	
SECTORES	INFANTARIA	Linha	8 4 ^a B.M.L.	20 6 ^a B.M.L.	1 2 6 ^a B.M.L.	17 10 5 ^a B.M.L.	
		Apoio		29	11	4	
		Reserva		3	5	13	
	Metrilhadores		4 ^o G.M. - 3 ^o G.M. - 1 ^o G.M. - 5 ^o G.M.				
	Morteiros		4 ^o B.M.M. 6 ^a B.M.M. 2 ^a B.M.M. 2 ^o B.M.F.				
	Artilharia		6 ^o G.B.A. - 2 ^o G.B.A. - 1 ^o G.B.A. - 5 ^o G.B.A.				
	Sapadores e Pion.		2 ^a , 3 ^a , 1 ^a C ^o S.M. - 2 ^o Gr. Pion.				
Linha das Aldeias		3 ^a Brig. Inf. (2 ^a B.M.L.)					
A retaguarda, em situação não utilizavel			5 ^a B.M.M. - 6 ^o G.M.				

Fonte: PT/AHM/DIV/1/35/144/180

Disposição das unidades pelo sector



Elaborado pelo autor

Fonte: PT/AHM/DIV/3/47/AH2.8/18835